

revista

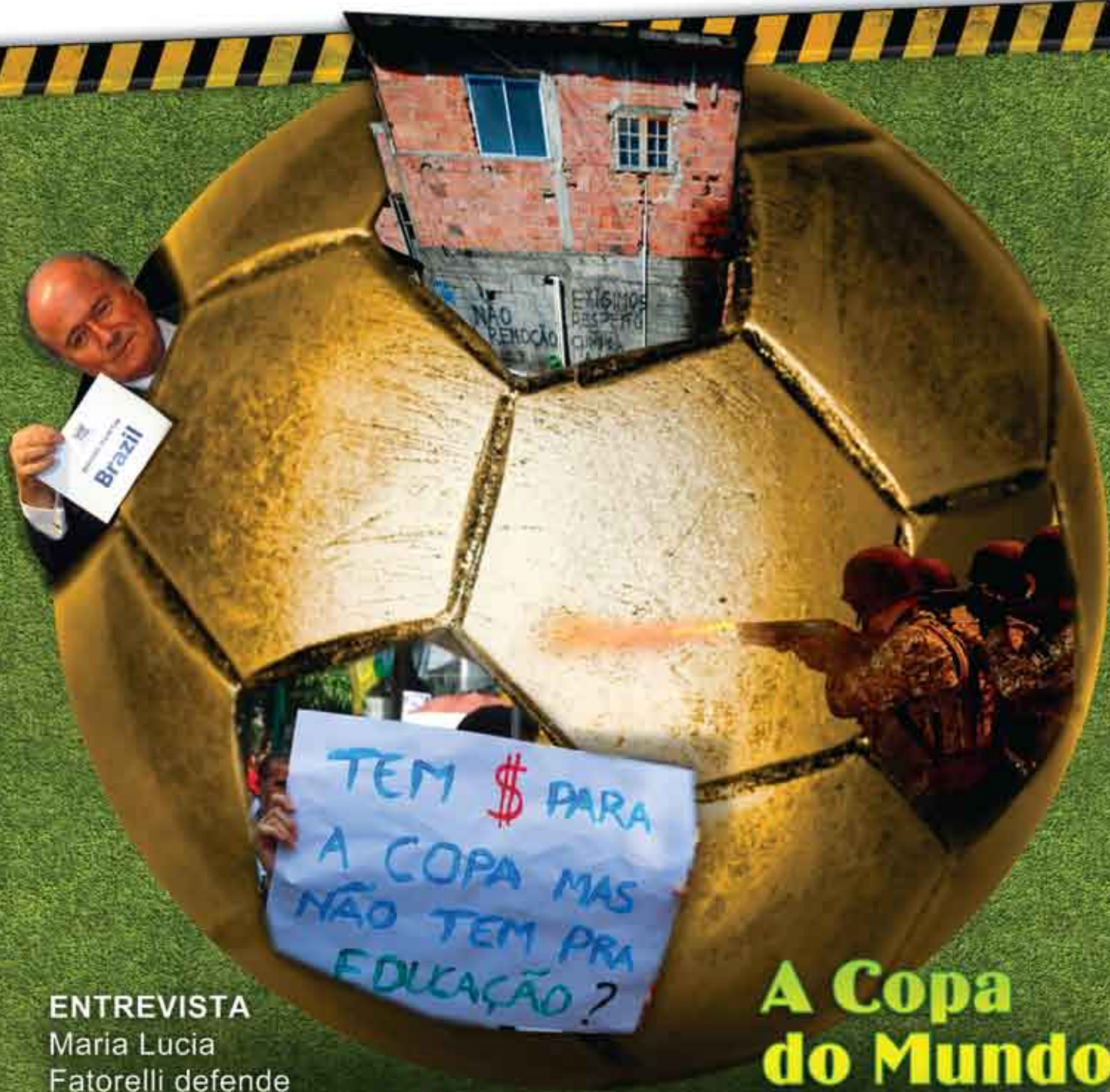
# poli

saúde  
educação  
trabalho

Ano VI — Nº. 30 — set./out. 2013



Impresso  
Especial  
9912213586 DR/RJ  
Fundação  
Oswaldo Cruz  
CORREIOS



**ENTREVISTA**  
Maria Lucia  
Fatorelli defende  
auditoria da dívida  
brasileira

**A Copa  
do Mundo  
é nossa?**

Conheça o  
**Poli**

**Material  
Educativo**

**Publicações**



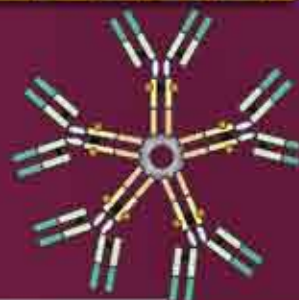
**Ensino Médio Integrado à  
Educação Profissional**



**PROEJA**

**Ensino Profissionalizante  
para Jovens e Adultos**

**Programa  
de Vocação  
Científica**



**Revista**

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

**Biblioteca Virtual em Saúde**  
*Educação Profissional em Saúde*



**RETS**

**Rede Internacional de Educação  
de Técnicos em Saúde**

**Observatório  
Juventude C&T**



**OBSERVATÓRIO  
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

<b>Capa</b>	
Capa do Mundo: que interesses estão em jogo?	4
<b>Entrevista</b>	
Maria Lúcia Fatorelli - 'A dívida é basicamente um mecanismo financeiro que se autorreproduz e auto-alimenta'	14
<b>Almanaque</b>	17
<b>Público e Privado na Educação</b>	
Educação infantil cresce com creches e pré-escolas privadas	18
<b>Conae</b>	22
Educação e desenvolvimento	
<b>Livros</b>	
Terra, poder e violência	24
<b>Dicionário</b>	
Contrainformação	25

O projeto jornalístico da Copa do Mundo só começaria para a Poli em 2014. Mas a realidade tem antecipado os fatos e, para quem se apresenta com uma proposta crítica, essa aceleração tem sido muito bem-vinda. Nas manifestações de junho – que diminuíram mas não terminaram até agora –, a comparação descontente entre os gastos com a Copa e com as áreas sociais deu o tom de uma mobilização social marcada por pautas diversas. Quem esteve presente nos protestos certamente ouviu a música 'Da copa eu abro mão, quero mais dinheiro pra saúde e educação'. É por isso que a matéria de capa desta edição traz nada menos do que dez páginas com uma profunda apuração dos problemas e denúncias que envolvem a preparação para a Copa do Mundo no Brasil. Discussão sobre o volume de gastos e sua distribuição entre o governo e a iniciativa privada; questionamento sobre o legado desse megaevento; mapeamento dos custos sociais desse processo: tudo isso está descrito e debatido aqui.

O 'Dicionário' traduz no verbete 'contrainformação' parte da discussão que as manifestações das ruas trouxeram sobre jornalismo e a hegemonia dos meios de comunicação de massa. Questionada em sua legitimidade na cobertura das manifestações por experiências novas como a do Mídia Ninja, a grande mídia viu ganhar as ruas uma série de críticas e debates que há muito tempo ocupam os movimentos sociais pela democratização da comunicação.

A entrevista desta edição também dialoga com uma demanda que esteve presente nas ruas – embora menos noticiada – e que está na base de toda a discussão sobre os gastos públicos. Maria Lucia Fatorelli, da Auditoria Cidadã, explica as origens e a situação atual das dívidas interna e externa do país, mostra que a sociedade brasileira paga juros sobre os quais não existe comprovação e conta a experiência recente do Equador, da qual ela participou, que reduziu em 70% a sua conta e investiu esse dinheiro em saúde e educação.

Nas duas séries a que esta revista dá continuidade, uma matéria mostra o quanto a educação infantil permanece dependente de convênios com instituições privadas sem (e, em alguns casos, com) fins lucrativos; e outra discute a relação entre desenvolvimento e educação como parte do conteúdo preparatório para a 2ª Conferência Nacional de Educação, a ser realizada em 2014.

Por fim, um convite: a Poli completou cinco anos e a comemoração virá em breve, com um número especial da revista que você vai receber daqui a algumas semanas. Fique de olho.

Boa leitura.

Ano VI - Nº 30 - set./out. 2013  
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.  
ISSN 1983-909X

#### Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Cristina Abrantes, Cristina Barros, Grasielle Nespoli, Ieda Barbosa, José Orbílio, Júlio César Lima, Kelly Robert, Leandro Medrado, Marcia Lopes, Marcela Pronko, Marcelo Coutinho, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Tais Salvina, Tania Camel, Valéria Carvalho.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para [revistapoli@epsjv.fiocruz.br](mailto:revistapoli@epsjv.fiocruz.br)

#### Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

#### Editora

Cátia Guimarães

#### Repórteres

André Antunes

Viviane Tavares

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

#### Capa

Zé Luiz Fonseca

#### Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

#### Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

#### Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

#### Tiragem

10.000 exemplares

#### Periodicidade

Bimestral

#### Gráfica

WallPrint

#### Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro - CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484  
[comunicacao@epsjv.fiocruz.br](mailto:comunicacao@epsjv.fiocruz.br) | [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



Tropa de choque da PM forma cordão de isolamento em volta do Estádio Nacional de Brasília durante manifestação em junho.

Marcello Casal/ABR

## Copa do Mundo: que interesses estão em jogo?

Gastos públicos, remoções e leis de exceção colocam em xeque legado da Copa

André Antunes

**B**rasília, dia 15 de junho: cerca de 2,5 mil manifestantes tomam o rumo do Estádio Mané Garrincha aos gritos de 'Da Copa eu abro mão, quero mais dinheiro para saúde e educação'. Ao atingir o cordão de isolamento da Polícia Militar nos arredores do estádio, a maioria é dispersada por bombas de gás, balas de borracha e jatos de spray de pimenta disparados pelos policiais. Do lado de dentro, a seleção brasileira jogava com o Japão, na estreia do Brasil na Copa das Confederações. Quatro dias depois, foi a vez de Fortaleza testemunhar cenas parecidas, só que dessa vez foram cerca de 15 mil manifestantes que se reuniram para protestar contra a Copa do Mundo, também esbarrando no cordão de isolamento da PM e sendo dispersados por bombas de efeito moral e balas de borracha. A três quilômetros dali, no estádio do Castelão, o Brasil jogava contra o México pela primeira fase da Copa das Confederações. No dia 26 de junho, uma manifestação reunindo 50 mil pessoas terminou em confronto com a PM nos arredores do estádio do Mineirão, em Belo Horizonte, onde a seleção brasileira jogaria contra o Uruguai pela semifinal da competição. E finalmente, no dia 30, no Rio de Janeiro, cerca de 5 mil manifestantes, alguns empunhando cartazes com frases como 'Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA', rumaram em direção ao Maracanã para protestar, mas seu trajeto foi desviado pelo cordão de isolamento realizado pelos 6 mil policiais militares que patrulhavam os arredores do estádio. Houve confronto entre policiais e manifestantes em áreas próximas ao Maracanã. Lá dentro, o Brasil disputava a final da Copa das Confederações contra a Espanha.

A seleção brasileira acabou vencendo os espanhóis e conquistou pela quarta vez o título da Copa das Confederações, torneio preparatório para a Copa do Mundo no ano que vem. Mas só viu quem pôde comprar um ingresso (entre R\$ 100 e R\$ 418): a PM fez um cordão isolando uma área de três quilômetros ao redor do Maracanã. Só passava quem tinha ingresso, e mesmo os moradores tiveram que provar que residiam ali para poderem circular livremente.

De alguma forma essa conquista ficou em segundo plano diante das manifestações que foram acontecendo antes, durante e após cada uma das partidas da seleção no torneio, e não apenas nas cidades onde o Brasil jogava. É claro que a Copa do Mundo sozinha não explica o que aconteceu, mas essa vinculação fica clara quando vemos, no meio da centena de mensagens estampadas nos cartazes empunhados pelos manifestantes, frases como: “Tem dinheiro para a Copa, mas não tem para a educação?”, ou ainda “Cartão vermelho para a Copa que viola os direitos humanos”. Por um lado, há uma crítica à alocação de recursos públicos nas obras da Copa em contraste com as políticas sociais cronicamente deficitárias, e, por outro, a revolta com a própria maneira como vem sendo conduzido o processo de preparação das cidades-sede para o evento, marcado por denúncias de violações de direitos. Os gastos públicos com a reforma e a construção de estádios, as irregularidades apontadas na Lei Geral da Copa e nas demais leis que estão sendo criadas especificamente para o evento e as remoções de populações vulneráveis para as obras da Copa são algumas das principais críticas, que levantam a questão: qual será, de fato, o legado da Copa do Mundo de 2014 para o Brasil?

## O incômodo das manifestações

O presidente da Fifa Joseph Blatter já havia dito, em julho, duas semanas após o término da Copa das Confederações, que caso esse contexto marcado por manifestações se mantivesse em 2014, a Fifa deveria reconhecer que o Brasil não era o local adequado para a disputa da Copa do Mundo. Em agosto, a divulgação dos resultados da pesquisa ‘Da Copa das Confederações à Copa do Mundo’, realizada pela consultora Nielsen Sports, indicou que o receio de Blatter não era infundado e colocou uma sombra de dúvida sobre os lucros das empresas que firmaram contratos com a Fifa para patrocinar o evento, como a Coca-Cola, o McDonald’s e a Adidas. Segundo a pesquisa, que ouviu 1.420 pessoas nas seis cidades-sede da Copa das Confederações, o apoio da população à Copa do Mundo caiu de 71% para 45% entre setembro de 2012 e julho de 2013. No mesmo período, o apoio às marcas patrocinadoras do evento caiu de 67% dos entrevistados para 32%, e a disposição para comprar produtos dessas marcas caiu de 58% para 31%. Ainda segundo a pesquisa, enquanto em setembro do ano passado 33% dos entrevistados pela Nielsen Sports acreditavam que os custos com a Copa do Mundo seriam maiores que seus benefícios, esse índice subiu para 61% após a Copa das Confederações. Em nota, a assessoria de comunicação da Nielsen Sports concluiu: “Cabe às marcas saber trabalhar este momento para transmitir à população, feita por consumidores, uma mensagem de apoio e de preocupação com outros temas que têm tirado o sono do brasileiro. Que comece uma nova corrida rumo à boa imagem na Copa do Mundo”.

Mas tudo indica que essa será uma “corrida” com obstáculos, e o principal deles tem o tamanho de uma montanha de dinheiro: R\$ 28 bilhões, que é o que vai custar, pelos dados oficiais, a Copa do Mundo de 2014. A Matriz de Responsabilidades – que define o papel de cada ente federativo na preparação para o Mundial – em sua versão mais atual, de abril deste ano, fala em R\$ 25,5 bilhões, mas o governo federal anunciou em junho que o valor deverá sofrer um acréscimo de 10%, totalizando R\$ 28 bilhões. Nesse valor estão inclusos gastos com reforma e construção de estádios (R\$ 7,5 bilhões), obras de mobilidade

urbana (R\$ 8,9 bilhões), ampliação de aeroportos (R\$ 8,4 bilhões) e portos (R\$ 675 milhões), além de gastos com segurança (R\$ 1,9 bilhão), telecomunicações (R\$ 371 milhões) e infraestrutura de turismo (R\$ 212 milhões) nas 12 cidades-sede. E ainda que o governo federal não tenha divulgado os dados pormenorizados já com o reajuste de 10%, os números da Matriz de Responsabilidades de abril mostram que os cofres públicos vão arcar com a maior parte dos custos, mais de 80%, somando recursos federais, estaduais e municipais – patamar bem acima do que prometera Ricardo Teixeira, então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que, em 2007, afirmou que as obras necessárias para a Copa seriam integralmente custeadas pela iniciativa privada. Seis anos depois, a única rubrica que conta com previsão de investimento significativo da iniciativa privada são as obras para ampliação de aeroportos, que estão sendo privatizados.

Três bancos federais, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Nordeste do Brasil (BNB) financiam – a juros subsidiados – pouco mais de um terço do total das obras: R\$ 8,7 bilhões. Boa parte dos empréstimos foi tomada por governos estaduais, sozinho ou em parcerias com o setor privado, por meio de parcerias público-privadas (PPPs). Outros R\$ 6,5 bilhões virão do orçamento federal. Os governos estaduais e municipais entrarão com R\$ 7,3 bilhões.

## Prioridades

Muitas dessas obras são contestadas, como a construção de estádios novos em cidades sem times de grande torcida, como é o caso de Brasília, Cuiabá e Manaus, que, somados, consumirão quase R\$ 3 bilhões em recursos públicos. E, como muitos dos cartazes mostraram de maneira irônica durante as manifestações, as cifras bilionárias envolvidas na preparação para a Copa contrastam com a falta de

recursos destinados para políticas sociais como a saúde e a educação. Segundo informações do site da Auditoria Cidadã da Dívida, os R\$ 28 bilhões que serão gastos com a Copa – evento que vai durar um mês – representam em torno de metade do valor destinado para a Educação no Orçamento Geral da União para todo o ano de 2012, que foi de R\$ 57 bilhões, e cerca de 40% do destinado para a Saúde, de R\$ 71 bilhões. Nas manifestações, cartazes perguntavam: “Tem dinheiro para a Copa mas não tem para a educação?”. Carlos Vainer, professor do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ) e membro do Comitê Popular Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, explica: “Os gastos suntuosos feitos com equipamentos absolutamente inúteis, quando a nossa educação é uma das piores da América Latina e nossa universidade recebe menos jovens do que a Bolívia, são um tapa na cara do povo. E tapa na cara provoca insurreição”.

O governo federal argumenta que os recursos públicos custearão obras que seriam feitas de qualquer maneira, e ficarão como legados para a população. E tem usado o estudo ‘Brasil sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014’, da consultora Ernst&Young em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), para embasar seu argumento. “O impacto direto da Copa do Mundo no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é estimado em R\$ 64,5 bilhões para o período 2010-2014”, diz a publicação, que aponta que o evento “deverá injetar, adicionalmente, R\$ 112,79 bilhões na economia brasileira, com a produção em cadeia de efeitos indiretos e induzidos. No total, o País movimentará R\$ 142,39 bilhões adicionais no período 2010-2014”. O estudo aponta ainda que a Copa deve gerar 3,63 milhões de vagas temporárias de emprego, com duração de um ano, e R\$ 63,48 bilhões de renda para a população “o que vai impactar, inevitavelmente, o mercado de consumo interno”. Entre os maiores beneficiados, estão os setores de construção civil, que segundo as estimativas da Ernst&Young deverá gerar R\$ 8,4 bilhões a mais entre 2010 e 2014, o setor de serviços prestados a empresas, com um adicional de R\$ 6,5 bilhões, e o de serviços imobiliários de aluguel, com um adicional de R\$ 4,4 bilhões no período.

Mas a experiência sul-africana na organização da Copa do Mundo de 2010 coloca em dúvida esses argumentos, como aponta o sindicalista sul-africano Eddie Cottle, que acompanhou a preparação de seu país para sediar a Copa do Mundo de 2010 e este ano lançou um livro sobre a experiência, intitulado *South Africa's World Cup: A Legacy For Whom?* (em português, Copa do Mundo da África do Sul: legado para quem?). Em uma avaliação preliminar dos efeitos da Copa na economia de seu país, publicada em setembro de 2010, Cottle aponta que as estimativas iniciais diziam que os custos envolvidos na preparação para a Copa seriam pequenos e os benefícios diretos significativos. “O resultado na verdade foi o oposto”, critica, dizendo que, enquanto o total de despesas do governo sul-africano com a Copa girou em torno do equivalente a R\$ 9,5 bilhões pela cotação da época, os impostos gerados com o evento somaram R\$ 4,6 bilhões, um prejuízo de R\$ 4,9 bilhões para o governo sul-africano. Cottle aponta que os prometidos efeitos em cadeia na economia do país foram inflacionados para legitimar a “espoliação e os lucros da Fifa, seus parceiros comerciais e monopólios capitalistas locais”. Enquanto isso, a Fifa comemorava os lucros obtidos com o evento. Jerome Valcke, secretário geral da entidade, afirmou, à época, que a Copa da África do Sul foi um sucesso comercial, rendendo à Fifa 50% a mais do que a edição anterior do evento, realizada na Alemanha em 2006. De fato, segundo Cottle, a Copa de 2010 foi a mais lucrativa da história, rendendo aos cofres da Fifa uma receita de US\$ 3,4 bilhões, livres de impostos.

Adriana Penna, professora do Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense (UFF), aponta ainda outros problemas enfrentados pelos sul-africanos após a Copa de 2010. “O desemprego aumentou em quase 5% depois da Copa, porque são empregos tem-

porários, dentro dessa lógica flexível de trabalho atual. De fato, as pessoas têm empregos durante a construção dessas estruturas, mas são precários, com data para acabar”, diz. Além disso, segundo ela, atualmente o país discute a demolição de alguns dos estádios construídos para a Copa. “Sobretudo na cidade do Cabo já está em conversação um plano para que o estádio seja demolido, e a alegação é de que o custo para o Estado será muito menor demolindo do que mantendo o estádio”, conta. Segundo Adriana, o filósofo húngaro István Mészáros formulou o conceito de “produção destrutiva” para explicar essa dinâmica. “Demolir aquilo que está pronto é uma maneira de fazer essa capital entrar em circulação novamente. O capital precisa desse circuito constante para se valorizar: desmonta aqui e vai para outro país. São sempre as mesmas megacorporações que estão envolvidas, mudando de território em busca de capitais”, analisa. No artigo ‘Guerra ou Paz: o esporte como produção destrutiva’, ela cita o exemplo dos Jogos Pan-americanos, disputados em 2007 no Rio de Janeiro. “Embora as arenas construídas para as competições não tenham sido literalmente demolidas até o momento, transformaram-se em estruturas obsoletas. Quando muito, são entregues pelo poder público à iniciativa privada – sob contratos de longa duração, a preços insignificantes, se avaliado o custo que essas mesmas instalações representaram ao orçamento público brasileiro”, escreve. No caso brasileiro atual, Adriana cita os estádios construídos para a Copa em Recife, Natal e Cuiabá como exemplos de aparelhos com data de validade. Ela questiona a opção pela construção do estádio Cidade da Mata, a 40 quilômetros de Recife. “Este parece ser o caso mais evidente no Brasil de construção com data para destruição. Isto porque Recife possui três grandes clubes (Sport, Náutico e Santa Cruz), todos com estádio de porte médio. Por que o poder público, junto com a iniciativa privada,



Reforma do Maracanã custou aos cofres públicos R\$ 1,2 bilhão, 70% a mais do que previsão inicial. Crédito: Tânia Rêgo/ABr

constrói um estádio fora da cidade?”, indaga, e completa: “Natal e Cuiabá são as outras cidades que terão que construir novos estádios para a Copa de 2014 no Brasil. Após o evento, os estádios ficarão à míngua de público e sustentabilidade financeira para se manterem, porque não há clubes desses estados (RN e MT) nem na segunda divisão do campeonato brasileiro”.

A Poli solicitou uma entrevista com Luis Fernandes, secretário-executivo do Ministério dos Esportes para falar sobre o assunto, mas foi informada de que não seria possível realizar a entrevista por falta de tempo na agenda do secretário.

### Quanto custa?

As estimativas oficiais de gastos com a Copa são contestadas pelos movimentos sociais que estão acompanhando o processo e também por vozes do Legislativo, como é o caso do ex-jogador de futebol e atual deputado federal Romário, que chegou a afirmar que a Copa custaria mais do que

o triplo do que dizem os dados oficiais: R\$ 100 bilhões. “Qualquer orçamento de obra que se inicie hoje no país triplica de valor até o final da construção”, aposta. Romário foi um dos 186 deputados e 28 senadores a assinar um requerimento protocolado pelo deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF) para instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso para investigar possíveis irregularidades no uso de recursos públicos nas obras da Copa do Mundo, em julho. No entanto, o pedido foi arquivado no final de agosto, depois que quatro senadores retiraram suas assinaturas, fazendo com que o requerimento não atingisse o mínimo de 27 senadores. “Bem conduzida, ela poderia ter trazido à tona escandalosos casos de desvio de dinheiro público, favorecimento de empreiteiras e superfaturamento de preços”, acusa Romário.

Carlos Vainer também defende que as estimativas oficiais não apresentam a conta toda. “Alguém acredita que vai custar o que eles dizem? O Tony Blair, que era o Primeiro Ministro quando foram organizados os Jogos Olímpicos de Londres, foi contratado pelo governo do Rio para ser consultor e declarou que ninguém sabe quanto um megaevento desse custa e que é normal que custe mais do que se imagina”, alerta, e exemplifica: “Os Jogos Pan-americanos de 2007 iriam custar R\$ 400 milhões e quando terminou tinham custado R\$ 4,5 bilhões. Os custos da Copa certamente não vão ficar em R\$ 28 bilhões”. O próprio Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pela fiscalização dos gastos públicos, chegou a afirmar em um relatório do ano passado que esse valor só será conhecido após o evento.

Na publicação ‘Na sombra dos megaeventos: exceção e apropriação privada’, lançada em 2012, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) e a Justiça Global argumentam que a estimativa oficial não contabiliza, por exemplo, os valores dos impostos que o país deixará de arrecadar com as isenções fiscais, que chamam de “fonte oculta” de financiamento para a Copa do Mundo. Segundo o relatório, não existe um cálculo que englobe a renúncia fiscal agregada de municípios, estados e União.



Manifestação no Rio de Janeiro no dia da final da Copa das Confederações.

## Ministério Público Federal questiona isenções

Essa questão veio à baila novamente em agosto deste ano, depois que Roberto Gurgel, em seu último ato como procurador-geral da República, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando as isenções fiscais concedidas à Fifa pela lei federal 12.350/2010, seus parceiros comerciais domiciliados no exterior, prestadoras de serviços nacionais e estrangeiras, emissora contratada pela Fifa para a transmissão das partidas, confederações Fifa (como por exemplo, a Confederação Sudamericana de Futebol, a Conmebol) e associações nacionais de futebol. A lei estipula que, nas transações comerciais relativas à organização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, essas empresas e entidades estão isentas de tributos como, por exemplo, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e PIS/Pasep (ambas contribuições que financiam políticas sociais), além do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) e também impostos referentes à importação. “Com base nessa lei, a possibilidade de arrecadação de tributos referentes à movimentação econômica produzida no país graças à preparação e organização da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014, se torna praticamente nula”, afirma o relatório do PACS.

Essas isenções foram estimadas pelo TCU em mais de R\$ 1 bilhão. Para Roberto Gurgel, elas não têm respaldo legal. “A isenção daqueles que podem pagar somente se dá ante interesses constitucionais relevantes”, aponta no texto da Ação, complementando: “No caso, não é possível vislumbrar nenhuma razão que justifique o tratamento diferenciado da Fifa e de seus relacionados. A única alegação possível, de que a medida tem um interesse logístico na facilitação da organização da Copa do Mundo, não é motivo constitucionalmente relevante para legitimar a isenção concedida”. Mais adiante, o ex-procurador-geral da República aponta ainda que a concessão das isenções fiscais foram “mero ato de liberalidade” do governo para conceder “privilégios indevidos” a entida-

des que, por sua vez, não oferecem nenhuma contrapartida “em favor do interesse público”. Por tudo isso, Gurgel pediu a suspensão de seis artigos da lei 12.350, concluindo que as violações à Constituição que ela comete são “de natureza grave”, com potencial para trazer consequências “nefastas” ao patrimônio público. Até o fechamento desta edição, A ADI aguardava julgamento no STF.

Essa não foi a única lei promulgada no contexto de preparação para a Copa a ser contestada pelo Ministério Público Federal (MPF). Em junho, o próprio Gurgel entrou com ação questionando a constitucionalidade de artigos da lei 12.663, a Lei Geral da Copa, promulgada em 2012. Gurgel questionou a constitucionalidade, entre outros, do artigo 23 dessa lei, que transfere à União a responsabilidade civil por “todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos eventos”. “O Estado brasileiro tornou-se de repente, não mais que de repente, o fiador da Fifa em seus negócios particulares”, diz o documento ‘Na sombra dos megaeventos’,



produzido pelo PACS e pela Justiça Global, alertando que com isso, corre-se o risco de os custos com a Copa aumentarem por conta do comprometimento de recursos públicos com eventuais indenizações e reparações que a União seja porventura condenada a pagar.

## Jogo de interesses

Carlos Vainer aponta que os megaeventos como a Copa do Mundo converteram-se em uma grande indústria global capitaneada pela Fifa. “A Fifa é uma plataforma de articulação de grandes cartéis internacionais, que envolvem a indústria de implementos esportivos, a de telecomunicações e um conjunto de empresas de engenharia, consultoria, arquitetura e segurança e também um conjunto de empresas que se associam à marca Copa do Mundo”, diz ele. No Brasil, onde os preparativos para a Copa injetaram bilhões de reais na construção de estádios e obras de infraestrutura, os interessados mais óbvios na realização do evento são as empreiteiras. Por aqui, como afirma a professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Nelma Gusmão, em sua tese de doutorado, defendida no Ippur/UFRJ, “a presença recorrente de algumas construtoras, articuladas em diferentes combinações de consórcios, em várias das principais obras relacionadas à produção dos megaeventos esportivos tem sido evidente”. Segundo ela, no Brasil, “a influência das grandes empreiteiras na definição de políticas públicas é componente estrutural na formação histórica do setor”.

Para João Roberto Lopes Pinto, coordenador do Instituto Mais Democracia e professor do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), a chave para essa influência está nas doações dessas empresas para campanhas de políticos em época de eleição. Ele cita o estudo *The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil* (em português, ‘Os espólios da vitória: doações de cam-

panha e contratos de governo no Brasil), realizado por pesquisadores das universidades de Boston, Berkeley e MIT, nos EUA. Publicado em junho deste ano, o artigo aponta que, para cada real doado para campanhas de candidatos à Câmara dos Deputados em 2006, as empreiteiras receberam R\$ 8,5 na forma de contratos de obras públicas. Já um levantamento do Instituto Mais Democracia apontou que cinco empreiteiras estão no topo do ranking dos maiores doadores de campanha entre 2002 e 2013: a Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e JBS. A Camargo Correa, que no período doou R\$ 143 milhões, recebeu R\$ 920 milhões em financiamentos do BNDES e mais de R\$ 350 milhões em licitações ganhas do governo federal; a OAS, que doou R\$ 12,7 milhões, recebeu R\$ 1,05 bilhão em financiamentos do BNDES e mais de R\$ 159 milhões em pagamentos do governo federal; já a Queiroz Galvão doou R\$ 101 milhões e recebeu R\$ 1,18 bilhão do governo federal. Essas empresas estão à frente de grande parte das obras de estádios para a Copa do Mundo de 2014: a Andrade Gutierrez está presente nas obras de quatro dos 12 estádios, no Rio de Janeiro, Manaus, Brasília e Porto Alegre; e a OAS participa de duas obras, em Salvador e Natal. A Odebrecht é outra que participa das obras em quatro estádios, ainda que não figure no levantamento elaborado pelo Instituto Mais Democracia: a empresa atua na construção dos estádios do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. “Essas empresas também se consorciavam, como uma forma de ampliar sua capacidade de investimentos. O gigantismo desse processo faz com que elas tenham um poder de barganha enorme. Por conta desse controle de mercado elas podem combinar regras para disputar leilões públicos para poderem se dar bem”, afirma João Roberto. Ele destaca ainda que o fato de que o dinheiro do BNDES investido na construção dos estádios seja financiamento, e não doação, não quer dizer que as empresas envolvidas não estejam sendo beneficiadas. “É um financiamento subsidiado, porque o BNDES trabalha com uma taxa de juros de longo prazo e tem um percentual de juros abaixo do mercado e um período longo de carência para começar a pagar. Além disso, é dinheiro público oferecido sem que sejam estabelecidas condicionalidades, ou melhor, as condicionalidades são muito frágeis. Do ponto de vista social e ambiental, os condicionantes são apenas formalidades, não há ação mais efetiva em termos de contrapartidas que os empreendimentos devem observar. Não é a toa que o Eike [Batista] falou que o BNDES era uma mãe”, diz.

As facilidades oferecidas pelo Estado não terminam nas condições de financiamento. As empreiteiras também foram beneficiadas pela flexibilização da Lei de Licitações para as obras da Copa por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela lei 12.462/2010. “Na prática”, afirma o documento ‘Na sombra dos megaeventos’, “essa inovação legal permite ao governo não divulgar os valores das licitações, além de liberar obras sem projetos-básicos”, tornando mais difícil o controle dos gastos. Além disso, por meio do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa), instituído pela lei 12.350/2010, as empreiteiras ficaram isentas de pagar impostos como PIS/Pasep, Cofins e IPI, entre outros, incidentes sobre materiais de construção e equipamentos adquiridos para as obras dos estádios que receberão jogos da Copa. “O problema é que a maior parte dos contratos para destruição e construção para a Copa são de antes de 2010, e a Lei de Licitações diz claramente que qualquer mudança de imposto para mais ou para menos, após a assinatura do contrato, tem que ser repassada integralmente para o contrato. E o que vimos de lá para cá foi o contrário, só aumentos”, critica Francisco Carneiro, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas de Brasília.

As falas de João Roberto e de Francisco Carneiro vêm ao encontro da análise de Carlos Vainer, para quem os megaeventos têm servido de pretexto para a aceleração de um processo em marcha de reordenamento

das cidades de modo a torná-las objeto de valorização do capital. “Por isso falo em cidade de exceção, que é aquela onde as regras desapareceram e onde tudo é negociado caso a caso. A cidade de exceção tem um aspecto que chamo de democracia direta do capital, porque é tudo negociado entre setores capitalistas privados e o Estado, e não mais nas câmaras municipais. A cidade de exceção e a democracia direta do capital constroem um novo regime urbano”, avalia.

### Maracanã: uma pechincha

O caso do Maracanã, que vai receber a final da Copa do Mundo em julho de 2014, é emblemático: o orçamento final da reforma do estádio superou em quase 70% a previsão inicial, passando de R\$ 705 milhões em setembro de 2010 para R\$ 1,2 bilhão em julho deste ano. As obras foram tocadas por um consórcio entre a Odebrecht, Andrade Gutierrez e Delta, que abandonou as obras em meio a um escândalo de corrupção. Somados os gastos com a reforma do estádio e do ginásio do Maracanãzinho para os Jogos Pan-americanos de 2007, foram gastos R\$ 1,5 bilhão em recursos públicos no Maracanã. Ainda assim, o governo estadual optou por entregar a administração do Complexo do Maracanã (que além do estádio e do Maracanãzinho, conta ainda com o Parque Aquático Julio de Lamare e do Estádio de Atletismo Célio de Barros) para a iniciativa privada, gerando questionamentos do Ministério Público do Rio de Janeiro, que tentou, sem sucesso, impedir a licitação para a concessão do estádio, vencida pelo Consórcio Maracanã S.A, integrado pela Odebrecht, IMX, de Eike Batista, e AEG, que vai administrar o complexo pelos próximos 35 anos. Na ação civil pública, o MP estadual questionou os valores envolvidos na concessão, alegando que ela seria lesiva para os cofres públicos. A ação tomou como base os números de um estudo de viabilidade realizado pela IMX, que serviu de referência para a elaboração do contrato de concessão, que previa que o vencedor da licitação deveria pagar 33 parcelas de R\$ 4,5 milhões ao governo do estado pelo direito de explorar comercialmente o Maracanã. Segundo a ação, além de o valor total de pouco menos de R\$ 150 milhões a ser pago pelo concessionário estar bem abaixo do total investido pelo governo estadual na reforma do estádio desde 2007, ele representava uma parcela ínfima das receitas que, pelo estudo de viabilidade, o concessionário deveria auferir com a exploração do complexo: R\$ 157,25 milhões ao ano, totalizando um lucro líquido de R\$ 1,43 bilhão até o final da concessão. A proposta vencedora do Consórcio Maracanã acabou ficando acima da previsão inicial: 33 parcelas de R\$ 5,5 milhões ao ano, totalizando R\$ 181 milhões, valor ainda bem abaixo dos R\$ 1,5 bilhão gastos com as reformas.

Ação também questionou o modelo de concessão de Parceria Público-Privada (PPP), que prevê o pagamento de uma contraprestação pública pelo governo do estado de modo a viabilizar que as intervenções que haviam sido previstas no entorno do Maracanã (a demolição do Julio de Lamare, do Célio de Barros, da Escola Friedenreich e do Presídio Evaristo de Moraes.) fossem custeadas com recursos privados. Ou seja, além de pagar pelas obras de reforma do estádio, o governo do estado precisa pagar um valor anual ao concessionário para garantir a “viabilidade econômica” do empreendimento. O estudo de viabilidade da IMX calculou em R\$ 12,15 milhões essa contraprestação, valor bem acima dos R\$ 5,5 milhões a serem pagos pelo concessionário. Na prática, de acordo com o contrato, o governo teria que pagar quase R\$ 7 milhões anuais para o consórcio explorar o Maracanã. Segundo o MP, a contraprestação pública é desnecessária, uma vez que “as receitas decorrentes da exploração do Maracanã e do Maracanãzinho gerariam rentabilidade mais do que suficiente para tornar o projeto financeiramente autossustentável”. A adoção de um regime de concessão simples, sem a previsão da contrapartida pública, afirma a ação do MP-RJ, poderia aumentar o valor a ser pago pelo concessionário ao estado para até R\$ 30 milhões, sem prejudicar sua rentabilidade.

Por fim, a ação também questionou a própria previsão de demolição, pelo concessionário, do Parque Aquático Julio de Lamare, do Estádio de Atletismo Célio de Barros, da Escola Municipal Friedenreich e do Presídio Evaristo de Moraes, nos arredores do Maracanã, para dar lugar a um museu do futebol e a edifícios-garagem. “Além de as intervenções atribuídas ao concessionário não contribuírem em nada para a viabilização dos megaeventos previstos para 2014 e 2016, ainda por cima serão prejudiciais à realização dos Jogos Olímpicos”, diz o texto da ação. O questionamento do Ministério Público fez eco a diversas manifestações no Rio de Janeiro que protestaram contra a demolição dos equipamentos públicos. Pressionado pelas manifestações, o governador do Rio, Sergio Cabral, desistiu das demolições e deu um prazo para que o Consórcio optasse por cancelar a concessão. Segundo sua assessoria de imprensa, o governo carioca recebeu na última semana de agosto uma proposta do Consórcio Maracanã para manter a concessão. Até o fechamento desta edição, a proposta estava sendo avaliada.

A reportagem da Poli também enviou à assessoria de imprensa do governo do estado do Rio perguntas questionando os valores envolvidos e a escolha do modelo de PPP para a concessão do Maracanã. A assessoria respondeu que, como o Maracanã está, neste momento, concessionado, as perguntas estariam “defasadas no tempo”. Isso, no entanto, não confere: embora a liminar que pedia a suspensão do processo licitatório de concessão do estádio tenha sido derrubada na Justiça, a ação civil pública ainda aguarda julgamento. A Poli também tentou ouvir o Consórcio Maracanã sobre o assunto, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

O Maracanã, palco da final da Copa em julho de 2014, não foi o único estádio cujas obras foram questionadas pelo Ministério Público. O MP paulista, em 2011, também entrou com ação contra as isenções de impostos para a construção do Itaquerao, onde será disputado o jogo de abertura da Copa. Dos R\$ 820 milhões previstos para

O estudo de viabilidade para a concessão do Maracanã causou polêmica também por defender a elitização do público do estádio: no estudo, a IMX desenhou um modelo de negócios em que 61% da receita bruta do concessionário viria dos assentos para clientes VIPs, dos camarotes e da venda de assentos para uma temporada inteira. A IMX aponta ainda que “a mudança do perfil do público” e o aumento do preço dos ingressos deve beneficiar os clubes cariocas.

A elitização do futebol brasileiro é uma tendência atualmente, como aponta estudo da Pluri Consultoria: segundo a pesquisa, o preço médio dos ingressos mais baratos no Campeonato Brasileiro aumentou 300% em dez anos, enquanto a inflação no período foi de 90%. Segundo a consultoria, de uma média de R\$ 9,5 em 2003, os ingressos mais baratos passaram a custar em média R\$ 38, o que, de acordo com a empresa, tornou o ingresso de futebol no Brasil o mais caro do mundo, levando em conta a renda per capita nos países.

Segundo a Pluri, o aumento contrasta com o tamanho do público nos estádios: outro estudo da consultoria apontou que o Brasil ocupa hoje o 18º lugar no ranking mundial de públicos nos estádios de futebol, com uma média de 12.983 torcedores por jogo em 2012. O Brasil fica atrás dos Estados Unidos, Japão, China e da 2ª divisão da Inglaterra e Alemanha. “Como economista, fico intrigado com a lógica por trás desta tendência, que dá as costas a uma análise mais profunda da estrutura socioeconômica do país e tenta impor um desejo imperativo de fechar contas que não são sustentáveis, contando com a ‘obrigação’ do torcedor em corresponder a esse desejo. É um desafio à lei da oferta e demanda, que fica evidente na relação direta entre o aumento de preços e a queda de público nos estádios ao longo dos últimos anos”, avalia, em nota, Fernando Ferreira, diretor da consultoria. Segundo ele, o ideal seria vender uma parcela de ingressos mais caros “para quem pode pagar” com ingressos a preços populares, para que o estádio encha e se tenham “ganhos de escala”.

Sandra Quintela, do PACS, critica o processo de exclusão dos torcedores mais pobres dos estádios, que segundo ela se expressa claramente no caso do Maracanã. “Um estádio em que cabiam 200 mil pessoas, hoje não cabem 70 mil e não enche mais, pelos valores absurdos cobrados por um ingresso para uma partida de futebol. Não dá mais para ir ao Maracanã no domingo pagando o equivalente a R\$ 10. Esse é o símbolo maior desta elitização, que atinge algo que tem muito a ver com a cultura do brasileiro que é o futebol”, avalia.

a construção do estádio, a cargo da Odebrecht, R\$ 420 milhões serão custeados indiretamente por incentivos fiscais concedidos ao Corinthians pela prefeitura, o restante vindo do BNDES. De acordo com a ação, para viabilizar a isenção, a prefeitura usou como justificativa uma lei municipal já existente, que previa a concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento da zona leste de São Paulo, onde está localizado o novo estádio. O problema é que a lei prevê a concessão de isenções apenas a empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços. “O clube que está recebendo os benefícios da nova lei nada mais é que uma associação civil [...] que não exerce atividades comerciais, industriais ou presta serviços, fugindo, desta forma, do objetivo que é o fomento da atividade econômica da região”, aponta o texto da ação, entendendo que o poder público municipal “violou completamente não só os objetivos propostos pelo plano de incentivo, bem como está praticando uma verdadeira transferência de capital público para entidades privadas”.

### Repressão ao comércio informal

O artigo 23 da Lei Geral da Copa – objeto de uma ação do MPF – não foi o único a gerar controvérsia. Em seu artigo 11, a lei cria áreas de

restrição comercial ao redor dos estádios onde serão disputados os jogos da Copa, assegurando à Fifa e às pessoas por ela indicadas a exclusividade sobre o comércio nos locais durante os jogos. Ainda que garanta a permissão dos estabelecimentos comerciais regulares de continuarem funcionando, desde que não façam associação com a Copa, a lei coloca obstáculos para vendedores ambulantes que, tradicionalmente, trabalham no entorno de estádios de futebol no Brasil em dias de jogos. Na publicação ‘Copa do Mundo para Todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014’, a *StreetNet* Internacional, organização que reúne associações de vendedores informais de diversos países, alerta: “A proximidade dos projetos de reordenamento urbano com a preparação das cidades para o megaevento impacta diretamente a fonte de renda dos vendedores informais. Muitos dos que vendiam nas proximidades dos estádios tiveram que mudar de local de venda, ao redor ou a caminho do estádio”.

Francisco Carneiro, do Comitê Popular da Copa de Brasília, afirma que presenciou cenas de ambulantes sendo expulsos dos arredores do estádio de Brasília. “Nós vimos ambulantes tendo seus produtos confiscados. Antigamente, eles vendiam uma garrafa de água mineral a R\$ 4 próximo ao estádio de Brasília e hoje você só acha dentro do estádio, mas custa R\$ 8”, revela. A repressão aos ambulantes está ocorrendo segundo ele em várias cidades-sede da Copa. “Uma briga grande que tivemos na Bahia foi para garantir que as vendedoras de acarajé pudessem vender durante a Copa e conseguimos. Em Belo Horizonte não conseguimos, todos os ambulantes que vendiam o famoso ‘tropeirão’ no Mineirão não podem mais trabalhar ali”, critica Francisco. Por isso, a publicação da *StreetNet* conclui: “Os principais impactos negativos relacionados à Copa estão ligados à omissão do Estado em relação ao direito ao trabalho desses comerciantes e à total

indisposição em incluir no evento vendedores informais para que possam tomar proveito da oportunidade de negócios que a Copa representa”.

“Isso representa a falência para muitos ambulantes, pessoas com pouca formação que precisam trabalhar para viver e não têm opção, e que há décadas trabalhavam nas ruas”, aponta Ângela Rissi, presidente da Associação Expositores da Feirarte e Outros (AEFO), entidade que reúne vendedores ambulantes no Rio de Janeiro. Sob a justificativa da necessidade de “revitalizar” a cidade para sediar a Copa do Mundo e regularizar o trabalho dos ambulantes, diz ela, o governo municipal realizou em 2009 um cadastramento de comerciantes informais. “Só que o cadastramento foi feito para retirar as pessoas das ruas. O Rio tinha em torno de 40 mil ambulantes, mas só 7 mil foram licenciados” diz Angela. Segundo ela, isso se deu por causa de um sistema de pontuação criado para o cadastramento pelo qual cada região da cidade exigia um número de pontos diferente no processo de seleção para que o ambulante pudesse se instalar regularmente. O processo, por sua vez, deveria levar em conta critérios como o tempo em que o candidato estava desempregado, número de dependentes, etc. “Tinha que tirar acima de 100 para receber a licença mas deram 80 para todo mundo e nunca nos explicaram por que”, afirma Angela, que hoje se encontra sem trabalho e com dificuldades financeiras. “Formei minha filha trabalhando na rua. Hoje não consigo trabalhar e dependo dos meus irmãos e do meu pai”, revela.

## Remoções

A preparação para a Copa do Mundo também tem significado remoções de populações que moram nas áreas destinadas a receber obras para o evento. Segundo estimativas da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas, cerca de 250 mil pessoas se encontram ameaçadas de remoção por conta da Copa. Samuel Queiroz, morador da comunidade Lauro Vieira Chaves, em Fortaleza, e membro do Comitê Popular da Copa da capital cearense, sentiu isso na pele. Sua comunidade, que fica no bairro do Montese, é uma das 22 localizadas no caminho do futuro Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ligando o estádio do Castelão ao aeroporto e à orla de Fortaleza. Segundo ele, a proposta inicial do governo do estado para reassentar as 200 famílias que teriam que sair do local foi bastante criticada. “Como muitas pessoas não tinham o direito de posse, apesar de algumas viverem ali há mais de 60 anos, o governo queria pagar de R\$ 18 mil a R\$ 22 mil pela edificação e pagar um aluguel social de R\$ 200. Com esse valor, você não aluga nem barraco pegando fogo em Fortaleza. Não aceitamos e fomos à luta”, diz ele. Segundo Samuel, outra proposta foi a construção de um conjunto habitacional no bairro Prefeito José Walter, localizado a 12 quilômetros da comunidade Lauro Vieira Chaves, o que contraria a Lei Orgânica do Município. “A lei diz que se uma comunidade tiver que ser removida, ela tem que ser realocada a no máximo dois quilômetros de distância do seu local original. Queriam reassentar pessoas que viviam da pesca para um local a 12 quilômetros do mar. Essas pessoas vão viver do quê?”, questiona, e completa: “Em nenhum momento dissemos que não queríamos o VLT, pelo contrário. Mas eu quero usufruir dele e se for para o [bairro] José Walter, eu não vou poder. O progresso está chegando mas eu estou sendo excluído dele”, reclama.

Segundo Samuel, à medida que a comunidade, em conjunto com a Defensoria Pública, passou a se informar melhor sobre o problema, começaram a descobrir arbitrariedades. “Em alguns trechos em que o traçado do VLT deveria passar entre duas concessionárias de veículos, é feito um elevador para passar por cima delas. Para favorecer alguns imóveis que são comerciais, de grande porte, é feito elevador, passa e volta para o solo de novo. Por que não no nosso caso?”, questiona.

E os questionamentos deram resultado, pelo menos para os moradores da comunidade Lauro Vieira Chaves. Segundo Samuel, em vez

de 203 famílias, como queria a proposta inicial, serão removidas 53. “Junto com o trabalho de uma aluna da UFC [Universidade Federal do Ceará], nós descobrimos que havia um terreno público a 400 metros da comunidade. Levamos a proposta desse terreno para o governo do estado como alternativa para a realocação e fomos atendidos. O governo vai construir unidades habitacionais e as pessoas que terão que ser realocadas vão para esse local”, aponta. O valor das indenizações também aumentou, chegando a R\$ 40 mil. “Eu falei para as pessoas da comunidade: isso não foi vontade do governo, foi nossa luta e nosso empenho”, ressalta.

A experiência da ex-vendedora ambulante Angela Rissi e de Samuel Queiroz reforça um outro aspecto da cidade de exceção teorizada por Carlos Vainer. “Os megaeventos aparecem como pretexto para a realização de uma série de anseios econômicos, políticos e ideológicos de uma direita conservadora que pretende submeter a sociedade à lógica do grande capital. Para isso é necessário limpar a cidade, retirando os pobres das áreas destinadas a receber investimentos públicos mais expressivos para que os ganhos fundiários resultantes desses investimentos com a valorização imobiliária sejam destinados a quem interessa”, define. Para Vainer, as obras de mobilidade urbana incluídas na Matriz de Responsabilidades da Copa refletem isso. “Na maioria das cidades, os investimentos de mobilidade não têm atendido as demandas das camadas populares com transporte público de massa”, opina, exemplificando em seguida: “No Rio de Janeiro, onde 80% da demanda de massa está no subúrbios, na Baixada Fluminense e na grande Niterói, os investimentos estão sendo feitos para áreas em grande parte vazias da Barra da Tijuca e Recreio, onde temos menos de 5% da população da região metropolitana do RJ. Esses investimentos, na verdade, estão valorizando os grandes latifúndios vazios

da Barra da Tijuca e Recreio”, avalia o pesquisador. Regiões nobres da cidade do Rio, e ainda com espaço para construção civil, esses bairros são alvo de investimento imobiliários de muitas empresas do ramo. A Multiplan, por exemplo, apresenta em seu portfólio um shopping center inaugurado em 2012 e um edifício residencial concluído em 2009 localizados na Barra da Tijuca. Nas duas últimas eleições, essa empre-

sa doou R\$ 500 mil para a campanha do atual prefeito da cidade do Rio, Eduardo Paes, em 2012, e R\$ 750 mil para a campanha do atual governador do estado, Sergio Cabral. ●



Ricardo Stuckert/ABR

## Garantias da Fifa

A Lei Geral da Copa e a lei 12.350 são dois exemplos de leis de exceção criadas em certa medida para atender às exigências feitas pela Fifa aos países que se candidatam a sediar uma Copa do Mundo. O governo brasileiro selou sua disposição em atender a essas exigências por meio de um documento de garantias entregues à Fifa em junho de 2007, quatro meses antes do anúncio oficial de que seria o país sede da edição de 2014. Contando com as assinaturas do presidente da República, na época Luis Inácio Lula da Silva, de nove ministros e da Advocacia Geral da União, o documento expressa a disposição do governo em atender às 11 exigências feitas pela Fifa.

Só que, para isso, foi preciso criar leis que alguns juristas entendem que passam por cima da Constituição brasileira, como denunciou o Ministério Público Federal, e de outras leis ordinárias. No documento, o presidente da República e seus ministros assinaram cartas garantindo que o governo “aprovará (ou solicitará ao Congresso, Estado ou autoridades legais o façam) toda lei, regulamento, decreto ou quaisquer outros regulamentos necessários para estar em conformidade com esta Garantia Governamental”. O acordo previa ainda que aquele documento deveria “permanecer vinculativo, válido e executável em relação ao Brasil e seu governo, assim como todos os estados e autoridades locais [...] independentemente de quaisquer mudanças no governo do Brasil ou em seus representantes, ou quaisquer mudanças nas leis e regulamentos do Brasil”.

Francisco Carneiro, do Comitê Popular da Copa de Brasília, critica o caráter unilateral do acordo. “Poderíamos ter feito um longo processo de discussão democrática, um plebiscito. A Suíça, por exemplo, se negou a sediar os Jogos Olímpicos de Inverno a partir de um plebiscito popular”, diz. Segundo ele, um dos argumentos para acelerar a tramitação dos projetos de lei criados para atender as exigências da Fifa

foi o de que o país já havia assinado um acordo com a entidade. “Iniciou-se um processo de violação de direitos passando por cima de leis e direitos constituídos de moradia sem antes o Senado aprovar o acordo. Foi um processo autoritário no sentido literal da palavra”.

Andrew Jennings, jornalista britânico que ficou conhecido por suas denúncias de corrupção na Fifa, afirma que não é à toa que a entidade tem optado por países sem muita tradição democrática para sediar os eventos ultimamente. “A África do Sul não se recuperou da corrupção dos anos de apartheid e o Brasil infelizmente também não se recuperou da corrupção dos anos da ditadura militar”, aponta Jennings. Ele divulgou o documento de garantias da Fifa em seu site em 2010, ano em que a Inglaterra se candidatou para sediar a Copa de 2018. “Quando nós divulgamos esse documento, a Inglaterra já tinha perdido, nós nunca precisamos discutir se teríamos que dar essas coisas. Crédito para a Holanda, que divulgou antes e enfrentou muita resistência a isso tanto da esquerda quanto da direita”. A Inglaterra e a Holanda acabariam preteridas na votação para escolha da Copa de 2018 em favor do Catar; a Copa de 2022, por sua vez, acabou indo para a Rússia, que disputava com Estados Unidos, Coreia do Sul e Austrália. Para Jennings, isso é um indício da predileção da Fifa por países onde o processo democrático é mais frágil para sediar a Copa nos últimos anos. “A Fifa não gosta de democracia”, conclui.

MARIA LUCIA FATORELLI

## 'A dívida é basicamente um mecanismo financeiro que se autorreproduz e auto-alimenta'

Viviane Tavares

Maria Lucia Fatorelli foi nomeada pelo presidente Rafael Correa para integrar a Comissão de Auditoria Fiscal da Dívida Pública do Equador, que atuou entre 2007 e 2008. Como resultado do trabalho que ela ajudou a construir, o país diminuiu em 70% uma dívida sobre a qual não havia comprovação. Tudo indica que a situação do Brasil seria semelhante, mas, nesta entrevista, ela conta que aqui têm sido fracassadas as tentativas de se realizar uma simples conferência dessa conta que a sociedade brasileira paga sem saber exatamente por quê. E que, hoje, somando as dívidas interna e externa, já ultrapassa US\$ 3 trilhões. Esta demanda também esteve presente nas ruas durante as manifestações do mês de junho, mas, assim como foi feito com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que tratou da dívida brasileira em que Fatorelli também contribuiu com trabalhos, os parlamentares e a imprensa fizeram questão de esquecer.

Auditora fiscal e coordenadora do Movimento Auditoria da Dívida Cidadã, Fatorelli fala à Poli sobre o caminho árduo que o movimento tem seguido no Brasil, relembra as origens da dívida, aponta os principais credores e explica ainda as razões (ou a falta delas) para que continuemos a pagar juros tão altos.



### O que é a dívida?

Em âmbito federal, a dívida se divide em externa, que atualmente é de US\$ 450 bilhões, e interna, que é de US\$ 2,8 trilhões. A diferença entre uma e outra é que a externa é contraída no exterior, com credores estrangeiros, e a interna teoricamente seria contraída com credores internos, ou seja, nacionais. A questão é que, considerando a ausência de controle de capitais e o ingresso de grande número de bancos no país e com poder, hoje quem tem direito de comprar os títulos da dívida interna são em grande parte bancos internacionais. Portanto, essa teoria de dívida interna e externa deveria ser revista. Atualmente, as duas dívidas estão sob a forma de títulos. Não existe mais aquele antigo contrato que você contrai com determinado credor. Desde a década de 1990, o endividamento passou a ser por emissão de títulos. Se ele emite internamente, a dívida é interna, se emite no exterior, a dívida é externa. Então, os que compram essas dívidas são os credores da nossa dívida. Nós já pedimos informações sobre quem

são eles, mas o Tesouro diz que é informação sigilosa e libera essas informações somente em bloco. A última informação que tivemos, durante a CPI da dívida externa, é que são bancos, bancos de investimento, fundos de pensão nacionais e estrangeiros. Enfim, mais de 95% dos títulos está na mão do setor financeiro.

### Como contruímos essa dívida?

Ao falarmos da dívida, podemos chegar até ao descobrimento do Brasil. Para garantir nossa independência, nós assumimos uma dívida que Portugal contraiu com a Inglaterra para justamente lutar contra nossa independência. Já que não conseguiram o que pretendiam, empurraram a dívida para nós. A nossa história com a dívida começa com uma característica marcante até hoje: falta de contrapartida. Na década de 1930, quando Getúlio Vargas era presidente, ele questionou a que se referiam os pagamentos. Ele determinou que o Ministro da Fazenda da época levantasse esses contratos e iniciou uma auditoria. E qual foi a surpresa depois desse levantamento? Apenas 40% da dívida na época se comprovavam por contrato. Além disso, foram encontradas deficiências. O ciclo desta dívida atual começou na década de 1970. No início desta década, nossa dívida externa era de US\$ 5 milhões e a interna era desprezível. Para a importância do país, essa dívida era considerada pequena. É preciso lembrar que estávamos em uma ditadura, no período em que se aprofundou o regime ditatorial. Exatamente em 1971 os EUA aboliram a paridade do dólar com o ouro. E isso possi-

bilitou a emissão indiscriminada de dólares, a mera impressão de qualquer quantidade de dólares. Isso gerou um excesso de liquidez, excesso de moeda que foi canalizado por meio do sistema bancário, que passou a oferecer este excesso de moedas a países, principalmente a países com ditadura militar. Na nossa avaliação, essas ditaduras entraram para possibilitar o domínio econômico e o instrumento para sacramentar esse domínio econômico foi o endividamento. Tem até um livro interessante que se chama Confissões de um assassino econômico, de John Perkins, que era um agente do sistema financeiro americano. Ele era uma das pessoas que vinham oferecer esses empréstimos para estimular grandes obras, como construção de viadutos, hidrelétricas, pontes, que foram muito marcantes na ditadura, como uma espécie de compensação, para criar um clima de progresso, tudo isso que simbolizou a ditadura militar. O que eles ofereciam, além das taxas baixas, era o tempo de carência, em geral de cinco anos. Então, você pegava um empréstimo e depois empurrava para o próximo que assumisse o mandato. Neste período, de 1970 a 1980, a nossa dívida cresceu 1000%, pulou de US\$ 5 milhões para US\$ 50 milhões em âmbito federal. E neste, contexto, os estados e municípios entraram neste esquema. Não existe literatura sobre essa dívida dos estados, o trabalho da nossa auditoria é inédito. Fomos pesquisar as resoluções do Senado, porque todas as dívidas destes dois entes têm de ser aprovada pelo Senado Federal. E descobrimos que a maioria das resoluções da década de 1970 e 1980 sequer informa quem foi o agente que ofereceu o empréstimo e a destinação dele. Existe uma suspeita, portanto, de que os estados ajudaram a financiar a ditadura. Mas ainda não conseguimos concluir este estudo.

### **No governo do Lula dizia-se que tínhamos pagado a dívida. O que liquidamos naquele momento?**

Isso foi muito grave. **O que o presidente Lula em 2005 pagou foi apenas a dívida externa com**

**o FMI** [Fundo Monetário Internacional]. Na época, existiam US\$ 300 milhões de dívida externa e foram pagos US\$ 15 milhões. Esse pagamento representou 2% da dívida, se somarmos a interna e a externa. Para pagar isso, o Brasil fez emissão de títulos da dívida interna em reais para pagar em dólar. O que houve não foi pagamento, foi troca. Deixamos de dever ao FMI para passar a dever a bancos que compraram os títulos. Na dívida com o FMI, eram cobrados juros de 4% ao ano e estamos emitindo títulos na base de 19% ao ano. Trocamos uma dívida de 4% por 19%. Mas alguém pode argumentar que não devemos ao FMI, e isso é um ponto positivo. Mas, no dia desse pagamento, o [Antonio] Palocci publicou uma carta na página do Ministério da Fazenda argumentando que o pagamento ao FMI não significaria o rompimento dos compromissos do estatuto do Fundo, que vincula as políticas ao Fundo, dá a ele o direito a todas as informações do país, inclusive aquelas a que não temos acesso – o FMI tem porque fica dentro do Ministério da Fazenda.

### **Fazendo uma comparação simplista: se chega à minha casa uma conta cujos gastos eu não reconheço, procuro entender e, se não achar justo, não pago. Quais as razões das resistências à auditoria da dívida se não se sabe a origem de tudo que o Brasil paga?**

Esta é uma questão fundamental. Agora, só faz essa pergunta quem tem consciência do peso da dívida e de que quem paga a dívida somos nós. A maioria das pessoas não tem consciência porque acha que o Lula pa-

gou e outra grande parte não tem noção do quanto isso faz falta para [a garantia dos] outros direitos como saúde, educação... E esse é o papel do movimento da Dívida Cidadã: mostrar o peso desta dívida e que somos nós que devemos determinar os investimentos da União. Isso é o resultado da desinformação da nossa sociedade. A mídia comercial é financiada pelos grandes beneficiários desse sistema, portanto, a ela não interessa divulgar o que nós produzimos. Por isso é tão importante todo o trabalho da mídia alternativa que dá espaço a este tema.

### **Quem são esses grandes grupos?**

O Citigroup, por exemplo, está aqui desde a década de 1970 e hoje é um dos *dealer*, que tem o poder de comprar títulos direto do Tesouro. Se você ou eu quisermos comprar diretamente, não podemos, temos que ter um intermediário. Mas um grupo de 12 bancos tem, e a cada seis meses há uma pequena mudança, mas o Citigroup está sempre presente. E se esses *dealers* não concordarem com alguma coisa, se o juros não estiverem do jeito que eles querem, ficam de braço cruzado até chegar aonde querem. Por isso se chamam *dealer*: assim como no *poker*, quem dá as cartas é quem manda no jogo. É muito sugestivo eles se chamaram assim, não é?

### **Como foi a sua experiência na auditoria da dívida do Equador e o que podemos trazer de aprendizado para o Brasil?**

Eu fui nomeada por decreto do presidente Rafael Correa, quando ele criou uma comissão para fazer a auditoria. Ele nomeou vários equatorianos e seis estrangeiros ligados a movimentos sociais dedicados a questões da auditoria pública. No dia da inauguração da comissão, o ministro da fazenda do Equador estava com uma cartilha da auditoria cidadã que lançamos no Fórum Social Mundial em

2006 e sinalizou que ela tinha sido uma das inspirações da criação da comissão. Nós tivemos acesso aos arquivos, tínhamos o poder de pedir informações a qualquer órgão, que tinha o dever de nos fornecer essas informações. Foram contratadas 50 pessoas para a comissão, algumas de nível técnico, para trabalhar. Mas, ainda assim, sofremos boicotes de funcionários ligados aos esquemas fraudulentos, porque a dívida é ligada a fraudes em todos os países. Tivemos dificuldades, dados distorcidos... Foi analisada a dívida externa contratada com bancos privados internacionais, e lá também o Citigroup era o campeão. O processo era idêntico ao do Brasil, até em dados, só o valor que aqui é multiplicado em muitas vezes. Era a típica dívida com juros mais altos e mais fraudulenta, e isso torna o estudo mais difícil porque você tem que ter prova, documento, fundamento jurídico. O resultado foi um relatório de mais de mil páginas, todo comprovado com documentos. **Quando entregamos o relatório, o [presidente] Correa já suspendeu o pagamento dos juros que venceriam nos próximos dois meses. E naquele mesmo ano, o valor que ele pagaria de juros foi aplicado em saúde e educação.**

A revista inglesa *The Economist* publicou o aumento dos gastos nestas duas áreas em 70%. Além disso, o Correa submeteu nosso relatório ao crivo jurídico de profissionais internacionais e de instâncias nacionais equivalentes ao nosso Ministério Público (MP) e Advocacia Geral da União (AGU) e, após o retorno desses pareceres, ele fez um ato soberano: uma oferta para resgatar os próprios títulos por 30% do valor com um certo prazo. Assim, 95% dos títulos foram comprados, anulando 70% da dívida. Isso significou uma economia de US\$ 7,7 bilhões. O Equador criou uma outra comissão agora para os tratados bilaterais de investimento e me convidou novamente, mas não tenho condições dessa vez. Nós aqui no Brasil não temos esse tipo de tratado.

#### **Existem outros países que já fizeram auditorias como essas?**

Tivemos relatos de países da América Latina e da África e houve uma proposta de formarmos o clube de Quito, em contraponto ao Clube de Paris e de Londres, onde os credores se reúnem. Sabemos também de várias auditorias cidadãs: houve um trabalho muito importante na Argentina, no Paraguai antes do Golpe a partir da Controladoria do Governo, uma iniciativa no Peru por um processo judicial, e na Grécia, Espanha, Bélgica, Portugal...

#### **Por que a CPI da dívida no Brasil não foi para frente?**

A CPI possibilitou acesso a documentos que antes não conhecíamos, inclusive, alguns da época da ditadura. Vimos diversas dívidas do setor privado assumidas como dívidas públicas, alguns escândalos da década de 1990. Enquanto no Equador tínhamos uma equipe montada com 50 pessoas, aqui no Brasil éramos apenas dois – eu e um auditor da Caixa Econômica Federal. Só isso já foi um boicote para o rendimento do trabalho. Fizemos um relatório neste corrido período de nove meses, por conta da experiência no Equador. Além disso, os partidos não indicavam os representantes para a CPI e, por sorte, localizamos um parecer feito pelo Michel Temer, quando ele era advogado de um partido, dizendo que se houvesse esse tipo de boicote deveria ser feita uma denúncia para o Supremo, para que este designasse os membros da CPI na marra. E colocamos [o parecer] na mão do Ivan Valente [deputado pelo Psol-SP] no

dia em que o Michel Temer estava presidindo a Câmara. O Ivan Valente falava e indica ‘essas palavras são suas, presidente’. Foi um vexame para ele ser desmoralizado por suas próprias palavras. Só conseguimos tocar a auditoria porque achamos esse parecer. Este parto só para instalar! Eu fui requisitada para trabalhar na CPI e só depois de um mês fui liberada para isso, por conta dos trabalhos que tinha que concluir. Depois disso, na hora de montar a equipe, também não conseguimos. Mas, mesmo assim, montamos um relatório da dívida externa e interna, que está no Ministério Público.

#### **Atualmente, o governo continua se endividando?**

A dívida é basicamente um mecanismo financeiro que se autor-reproduz e alimenta. Considerando que **o Brasil paga os maiores juros do mundo**, e é impossível ter recurso para pagar todos esses juros, o que fazemos? Emitimos dívidas para pagar juros. É como se estivéssemos no cheque especial.

**O país tem feito dívidas novas por conta desses megaeventos**, por exemplo. O núcleo do Rio de Janeiro [da Auditoria Cidadã] teve acesso a documentos do estado do Rio de Janeiro com organismos internacionais, latinoamericanos, inclusive, para obter recursos e financiar as obras da Copa do Mundo. Com os megaeventos, quem está se endividando mais são os estados e municípios. Após a Constituição, os estados passaram a poder emitir títulos para pagar precatório e dívidas por condenações judiciais, depois foram proibidos de emitir título para isso. A maior dívida dos Estados é com a União, que financiou as dívidas a partir de 1997, mas foi em condições tão onerosas que, quanto mais o estado paga, mais ele deve. É o mesmo esquema dos bancos reproduzido. ●



# CADÊ OS AMARILDOS?

FÁBIO, HÉLIO, JOACIR, GUARACY, JOSÉ, PAULO, ADALBERTO, CLÁUDIO, CLÉBER ALVES, CLODOALDO, EDMILSON, GILBERTO, LUCIANO, LUCINÉIA, JANE, RÚBIA, LÚCIA, LUCIENE, LUCINETE, FLÁVIO, ANDERSON, MARCELO, VALDEVINO, LEANDRO, MARCOS, ALEXSANDRO, RODSON, GILBERTO, DEIVIDSON, JORGE GABRIEL e, provavelmente, AMARILDO. Estes são os nomes de personagens que entraram para história do Rio de Janeiro e do Brasil. Todos eles foram vítimas de ações de violência da polícia.

Há 20 anos, na madrugada do dia 30 de agosto de 1993, o Parque Proletário de Vigário Geral, localizado num bairro da zona norte do Rio de Janeiro, foi surpreendido por um grupo de cerca de 50 policiais encapuzados, que arrombaram casas e atiram a esmo. O resultado foram 21 mortos. A justificativa da ação era a represália por conta da morte de quatro PMs na região. O motivo foi o mesmo para o episódio recente no Complexo da Maré, no dia 24 de junho deste ano, quando diferentes unidades da Polícia Militar do Estado do Rio (PMERJ), incluindo o Batalhão de Operações Especiais (Bope), invadiram a favela para combater uma manifestação contra o aumento das passagens de ônibus. Diferente da repressão aos protestos do asfalto, ali foram usadas armas letais. No episódio, um morador e um sargento policial morreram, o que resultou, logo em seguida, na morte de mais nove moradores ‘numa clara demonstração de revide por parte do Estado’, como publicou a ONG Justiça Global, em nota, um dia depois do acontecimento. Entre as vítimas, estava uma criança de cinco anos que foi atingida enquanto cortava o cabelo em uma barbearia.

Crianças também morreram no episódio que virou tema de livro e filme: a Chacina da Candelária. Durante a madrugada de 23 de julho de 1993, também há 20 anos, seis menores de idade e dois maiores que dormiam ao redor da Igreja Candelária – ponto turístico do Centro do Rio de Janeiro e conhecido por reunir crianças durante a madrugada – foram surpreendidos por policiais que pararam dois carros e dispararam contra o grupo formado por 70 crianças. O motivo da ação teria sido um apedrejamento a um carro da polícia na noite anterior.

‘Cadê Amarildo?’ é uma das frases que mais se tem ouvido e visto nos últimos tempos. O ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, da favela da Rocinha, zonal sul do Rio de Janeiro, sumiu no dia 14 de julho deste ano, após ser levado por policiais militares para a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a fim de prestar esclarecimentos sobre um arrastão que havia acontecido um dia antes. Este caso não é isolado. Na década de 1990, um servidor da Fiocruz foi abordado em Manguinhos, bairro em que residia, por policiais da Divisão Anti-Sequestro do Rio de Janeiro e desde então nunca mais foi visto. Hoje, JORGE CARELI, nome da vítima, se transformou em uma medalha concedida pelo sindicato dos trabalhadores da Fiocruz aos que lutam na garantia dos direitos humanos.

# Educação infantil cresce com creches e pré-escolas privadas

Determinação da 1ª Conae, de substituir instituições privadas sem fins lucrativos pela rede pública direta, não deve ser cumprida. Alguns municípios também contratam escolas que visam ao lucro

Cátia Guimarães



1ª Conae: delegados decidem que convênios com instituições privadas de educação infantil devem acabar

“**E**m respeito ao princípio do recurso público para a escola pública, o número de matrículas em creches conveniadas deve ser congelado em 2014, e essa modalidade de parceria deve ser extinta até 2018, tendo que ser obrigatoriamente assegurado o atendimento da demanda diretamente na rede pública”. Essa é uma das decisões da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em 2010. A preocupação dos delegados era com os convênios que municípios de todo o país estabelecem com instituições privadas sem fins lucrativos – **filantrópicas, confessionais ou comunitárias** – como forma de ofertar o acesso público à educação infantil.

Ano que vem acontecerá a 2ª Conae e tudo indica que a primeira parte dessa determinação, que vence em 2014, não terá sido cumprida. “Esse processo não está acontecendo como as pessoas gostariam”, confirma a diretora da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Repulho.

Segundo o Censo 2012 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 36,6% das matrículas de creche, que engloba crianças de zero a 3 anos, no Brasil ainda estão em instituições privadas, contra 63,1% sob a responsabilidade direta dos municípios. Na pré-escola, cuja faixa etária é de 4 a 5 anos, são 75,3% de matrículas públicas – sendo apenas 1,1% estaduais – contra 24,7% privadas. Ao tratar das instituições privadas, no entanto, o censo não distingue aquelas que têm ou não fins lucrativos nem identifica as que recebem recursos públicos por meio de convênio.

## Fundeb: do fundo público para o privado

A educação infantil é um dos poucos segmentos em que o dinheiro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – formado por recursos de impostos arrecadados dos municípios e estados, além da complementação da União em alguns poucos casos – pode ser utilizado para financiar instituições privadas. “É uma anomalia total”, opina Nicholas Davies, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e especialista em financiamento da educação, que considera a lei 11.494/2007, que institui o Fundeb, inconstitucional, já que o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelece que a distribuição do Fundeb se dará a partir de matrículas nas redes estaduais e municipais. Ele lembra que, segundo a própria lei, o Fundo se destina à “manutenção e ao desenvolvi-

Veja como o documento de perguntas mais frequentes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que administra os recursos do Fundeb, diferencia essas três modalidades:

“Instituições comunitárias são aquelas constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

Instituições confessionais são aquelas constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas;

Instituições filantrópicas são pessoas jurídicas de direito privado que não possuem finalidade lucrativa e promovem assistência educacional à sociedade carente”

mento da educação básica pública”. “É uma aberração jurídica porque essas escolas são privadas”, analisa. Mas, segundo o professor, essa não foi a única vitória dos “interesses privatistas” na Lei do Fundeb: o texto garantiu ainda que os profissionais do magistério da rede pública sejam cedidos para trabalhar nessas instituições nos segmentos de creche, pré-escolar e educação especial, sendo considerados como “em efetivo exercício na educação básica pública”. E sobre esse tipo de apoio público a instituições privadas não existem cálculos disponíveis.

E ficou pior. O texto da lei estabelecia que o uso dos recursos do Fundeb para a pré-escola, que atende crianças de 4 e 5 anos, só seria permitido até 2011 – para a creche, não havia limitação. Na contramão da determinação da 1ª Conae, foi aprovada, em maio deste ano, pelo Congresso Nacional, uma Medida Provisória, já transformada na lei 12.837, que prorroga esse prazo até 2016. Na exposição de motivos que acompanhou a MP, os ministros Guido Mantega, do Planejamento, e Aloizio Mercadante, da Educação, citam a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos, prevista na Emenda Constitucional 59, como justificativa. A alegação é de que isso significa uma demanda de 900 mil novas vagas, o que, de acordo com o texto, “reforça a urgência de ampliação de rede de atendimento deste público, inclusive por meio de estabelecimento de convênios com entidades sem fins lucrativos”. A 1ª Conae também cita a EC 59 como uma novidade que coloca alguns desafios mas, no que diz respeito à expansão, vai na direção contrária à recente iniciativa do governo. De acordo com o texto, são necessárias “a discussão e proposição de diretrizes para as políticas de convênios com entidades privadas, de tal forma que o MEC assuma a coordenação dessa discussão” e “a ampliação da oferta de educação infantil pelo poder público, extinguindo progressivamente o atendimento por meio de instituições conveniadas”.

De acordo com dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2012 essas instituições privadas sem fins lucrativos receberam mais de R\$ 1,3 bilhão de recursos do Fundeb para atender a quase 630 mil alunos. Em 2013, o valor repassado foi de R\$ 1,6 bilhão para atender pouco menos de 663 mil crianças. São Paulo lidera com folga o ranking dos estados que mais transferiram recursos do Fundeb para instituições desse tipo: em 2013, foram mais de R\$ 885 milhões – e tudo indica que esse número deve aumentar, já que, pressionada judicialmente a ampliar a oferta de educação infantil, a Secretaria Municipal de Educação anunciou, no final de agosto, a meta de criar até o fim do mandato 100 mil novas vagas por meio da rede conveniada. Em seguida vêm Minas Gerais, com R\$ 192,5 milhões e Rio Grande do Sul, com R\$ 108 milhões. Sobre esse assunto, a coordenadora geral de educação infantil da Secretaria de Educação Básica do MEC, Rita de Cassia Coelho, apenas respondeu, por email, que “o Ministério da Educação cumpre o que determina a legislação, que, atualmente permite o custeio pelo Fundeb das matrículas da rede credenciada”.

Para Salomão Ximenes, advogado da Ação Educativa, instituição que milita pelo direito à educação pública, essa brecha na lei do Fundeb, que acaba de ser prorrogada, é um retrocesso. “Do ponto de vista jurídico, quem pode fazer a diferença nesse cenário são o governo federal e o legislativo federal”, diz. Ele exemplifica com o caso de São Paulo, onde a Ação Educativa, junto com outros movimentos sociais ligados à educação, propôs, entre 2008 e 2010, diversas Ações Cíveis Públicas requerendo um diagnóstico efetivo sobre a situação da rede municipal de educação infantil e a apresentação de um plano de expansão e qualificação dessa rede. Embora a instituição defenda que isso deve se dar pelo investimento na rede pública, não pode exigir que esse caminho seja adotado, já que a le-

gislação permite o uso de recursos públicos para esse fim. “Na hora em que sentamos com o Ministério Público e outros atores, não temos juridicamente como não aceitar que a expansão de vagas se dê por meio de convênios”, explica.

### Por que é mais barato?

Embora o convênio com instituições sem fins lucrativos seja amparado pela lei, os próprios órgãos de controle identificam que o resultado pode não ser tão legal assim. Pelo menos foi o que concluiu um relatório do Tribunal de Contas do Município de São Paulo referente a 2008, que acabou dando ênfase aos

Em 2011, o Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito civil para apurar possível violação do direito de milhares de crianças à educação infantil de qualidade no município de São Paulo. Em junho deste ano, foi aberto novo inquérito solicitando à Secretaria Municipal de Educação um conjunto de informações sobre a oferta e a demanda de educação infantil, incluindo relação entre o número de crianças e o número de professores, “número máximo de grupamentos por sala de atividade”, quantidade de professores com formação adequada e providências para a regularização da situação daqueles que não têm essa formação. Além disso, pede esclarecimentos sobre o “modelo prioritário de expansão do número de vagas nos próximos anos” e alerta que, caso a opção seja pelos convênios, é preciso que “medidas sejam adotadas para moralização e objetividade na seleção das entidades conveniadas, para garantia de equidade nos serviços prestados entre a rede direta e a conveniada, bem como para aperfeiçoamento da fiscalização da qualidade dos serviços e da prestação de contas sobre os recursos públicos empregados”.

problemas enfrentados pela educação infantil. O relatório mostra que, já naquele ano, a rede conveniada do município de São Paulo era maior do que a rede própria – uma ampliação de 60% no número de vagas e de 165% nos recursos transferidos de 2004 a 2008. “Apesar da evolução quantitativa observada, os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação não fornecem elementos para atestar que a Educação Infantil está se desenvolvendo com qualidade, verificando-se falhas no planejamento e no acompanhamento e fiscalização das conveniadas, bem como a não instituição e mensuração de parâmetros de qualidade e indicadores de desempenho”, conclui o texto.

Um dos problemas apontados é a carga horária dos professores, que interfere diretamente na qualidade do ensino ofertado. A auditoria feita pelo TCM-SP mostra que, enquanto os professores da rede pública têm carga horária de 30 horas semanais, sendo cinco horas reservadas para “planejamento e preparação profissional”, os professores da rede conveniada trabalham 40 horas semanais e têm apenas um dia por mês para atividade formativa. Além disso, o estudo identificou que nas creches públicas, existem, proporcionalmente, mais professores do que auxiliares, enquanto nas instituições conveniadas a relação é inversa. Entre outros problemas, o quadro se completa com a observação de que, nas creches conveniadas foram identificados profissionais sem o grau mínimo de escolaridade exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). “As exceções trazidas pela lei do Fundeb e mesmo pela Constituição não podem justificar condições desiguais de oferta de educação para as crianças”, alerta Salomão Ximenes.

São diferenças como essas que fazem com que o convênio com instituições privadas sem fins lucrativos seja um caminho mais barato para expandir a oferta de educação infantil. Segundo a presidente da

Undime, Cleuza Repulho, os municípios não conseguem seguir a recomendação da 1ª Conae porque a procura por educação infantil está cada vez maior – contando, inclusive, com ações judiciais que garantem vagas por meio de liminares – e o conveniamento aparece como o caminho mais barato. E uma das razões, reconhece, é o fato de essas instituições pagarem salários menores aos professores. A pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Thereza Adrião aponta outro motivo: a Lei de Responsabilidade Fiscal. “Ao criar uma trava para contratação de pessoal, essa lei atinge diretamente a educação e induz à privatização de sua oferta”, diz.

Outro fator de barateamento, segundo a presidente da Undime, é que a maioria das instituições conveniadas não atendem o berçário, que inclui crianças de até 2 anos, o segmento mais caro dentro da educação infantil. “O investimento maior, que é com os bebês – porque a relação adulto-criança é menor, o período é integral, precisa de cinco refeições por dia, incluindo leite e uma série de outros insumos –, está principalmente com o setor público”, diz. Como a oferta na rede direta também é pequena, segundo ela, isso significa que, de modo geral, os municípios não atendem a essa faixa etária. Os dados do último Censo do Inep mostram um crescimento de 10,5% da oferta de creche, que engloba crianças até 3 anos, entre 2011 e 2012. Mas, como não é feito o detalhamento dessa faixa etária, não há dados específicos sobre o berçário. De todo modo, como também mostra o Censo, a maior participação do privado está na creche. E, segundo Theresa Adrião, essa é uma “opção de política”: “As pré-escolas integram as redes regulares de ensino. Correspondem a apenas dois anos da idade escolar (4 a 5 anos) e, por essa razão, seu custo é menor. Já as creches, ofertadas historicamente por entidades filantrópicas, confessionais e, mais recentemente, por instituições que visam ao lucro por meio de subsídio público, pressionam para que esse tipo de atendimento se perpetue”, explica.

A coordenadora de Educação Infantil do MEC, Rita de Cassia Coelho, defende que, paralelamente à criação de novas creches e pré-escolas públicas, “é preciso aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento e controle social, assim como os instrumentos que possibilitam maior transparência na utilização de recursos públicos”. “Estas determinações, também presentes como conclusões da Conae, podem ser mais efetivas para garantir o objetivo comum e maior: o direito à educação infantil de qualidade para todas as crianças”, diz. Para Salomão Ximenes, o dilema é que, se as instituições conveniadas de um modo geral oferecerem educação infantil que obedeça a critérios de qualidade e de forma equânime – em relação à formação e condições de trabalho dos professores, espaço para as crianças, equipamentos etc –, elas deixarão de ser uma opção mais barata. “E aí deixam de ter sentido como política”, resume.

Para a presidente da Undime, o caminho para solucionar esse impasse é garantir mais recursos para a educação. Cleuza defende a forma de distribuição de recursos do Fundeb, que se baseia no número de alunos de cada município ou estado, mas critica a forma de arrecadação, em

A primeira parte, reativa aos royalties, acaba de ser aprovada pela Câmara dos Deputados e, até o fechamento desta edição, estava aguardando a sanção da presidente Dilma Rousseff. Já os 10% do PIB é parte do texto do Plano Nacional de Educação (PNE), que está tramitando no Senado — além da aprovação, a luta dos movimentos sociais ligados à educação tem sido também para garantir que esse montante seja aplicado especificamente na educação pública.

que, segundo ela, quem tem menos entra com mais dinheiro. “O desafio da equidade na educação é monstruoso. Crianças do Maranhão, de Alagoas, valem menos que as crianças paulistas? Não. Mas hoje o investimento dedicado à educação diz que sim”, resume. A solução? Ela não tem dúvidas: **a garantia dos recursos dos royalties do pré-sal** – e não apenas dos rendimentos do Fundo Social do pré-sal, como o governo federal defende – para a educação e a garantia de aplicação, por parte da União, de 10% do PIB nessa área por tempo determinado. “Nós precisamos melhorar a gestão? Perfeitamente, assim como toda empresa privada também precisa. Mas uma empresa privada, quando vende menos, corta funcionário. O poder público, quando arrecada menos, não pode reduzir serviços. Ao contrário, quando a economia não vai bem, as pessoas acessam mais ainda os recursos públicos. Entende como a lógica de mercado é completamente diferente?”, compara.

Embora concorde que, no curto e no médio prazo, o convênio com instituições privadas possa ser mais barato, Nicholas Davies diz que, depois do Fundeb, muitos municípios têm recursos suficientes para expandir e manter uma rede própria, mas não o fazem. Ele defende que o custo não é o único fator determinante nessa decisão: na sua avaliação, a relação com essas instituições privadas sem fins lucrativos é também uma porta aberta para o clientelismo político. “Muitas prefeituras são cúmplices da expansão da rede privada”, conclui. Salomão Ximenes concorda. “Há muitos interesses em questão, principalmente políticos e religiosos”, diz, apontando outro problema desse processo generalizado de convênio: o desrespeito ao caráter laico da educação das crianças. “A escola tem que ser pública porque só assim teremos uma educação republicana, descolada de interesses religiosos e políticos, que são próprios da esfera privada”, argumenta.

## Privado Lucrativo

Cleuza Repulho chama atenção para outro fenômeno de privatização da educação infantil, que a Undime considera inaceitável: os convênios públicos com instituições lucrativas. Embora, segundo Cleuza, esse modelo seja residual no país, ainda existem municípios que o praticam. É o caso de Piracicaba, cidade paulista que mantém o Programa Bolsa Creche. Funciona assim: o município repassa para instituições privadas um valor per capita – R\$ 320 para berçário e R\$ 220,36 para maternais e jardins – como pagamento à oferta de educação infantil para crianças que aguardavam vaga na rede pública. Esses valores são definidos por decretos municipais revistos anualmente “após criterioso estudo feito pela equipe de Supervisores da Educação Infantil”, como informa a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Educação. Segundo a mesma fonte, hoje existem 1.737 bolsas contratadas com 29 escolas conveniadas, das quais apenas cinco são filantrópicas – as outras são instituições lucrativas. Procurada pela Poli, a Secretária de Educação, Angela Jorge Corrêa, não respondeu às perguntas. Além disso, a assessoria de imprensa não informou o valor anual gasto com o Programa Bolsa Creche nem esclareceu se são utilizados recursos do Fundeb, alegando que essas informações precisariam “passar pelas mãos da Secretária” que, no entanto, nunca deu retorno.

Em Piracicaba, o Bolsa Creche é amparado legalmente pela lei municipal nº 5.684/2006 que, no artigo 171, autoriza o município a firmar convênio com entidades filantrópicas, organizações não-governamentais (ONGs) e escolas particulares de educação infantil para crianças não contempladas pela rede municipal. Mas o advogado da ONG Ação Edu-

cativa entende que qualquer transferência de dinheiro público da educação para instituições privadas lucrativas é inconstitucional. Segundo ele, como o artigo 213 da Constituição Brasileira define que “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas”, abrindo uma exceção apenas para “escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas”, mesmo que o dinheiro usado em programas como esse não venha do Fundeb, está-se ferindo o texto constitucional.

Perguntado sobre sua posição em relação a esse tipo de convênio, o MEC não respondeu.

## O que está sendo feito

A presidente da Undime aponta o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), do governo federal, como uma das iniciativas que ajudam a seguir os passos do que foi determinado pela 1ª Conae. “Mas ainda não cobre todas as demandas”, diz.

A partir de 2011, o Proinfância passou a fazer parte da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2). “O governo federal vem investindo, dentro do PAC 2, na construção de novos estabelecimentos de educação infantil, na antecipação de recursos financeiros para custeio de novas matrículas e no assessoramento técnico pedagógico para o funcionamento da educação infantil”, informa a coordenadora de Educação Infantil do MEC.

Mas os resultados desse investimento ainda são pouco visíveis. Segundo o site do FNDE, para o exercício de 2013 estava previsto investimento para a construção de mais de 1.500 creches e escolas de educação infantil. O 7º relatório de balanço do PAC 2, no entanto, produzido em junho deste ano com dados de janeiro a abril, informa a construção de apenas 60 “empreendimentos” de creches e pré-escolas. ●

# Educação e desenvolvimento

Educar para o mercado de trabalho ou educar para a emancipação? Qual é o papel da educação no projeto de desenvolvimento brasileiro atual?

André Antunes

O Brasil é um país desenvolvido? Essa pergunta pode ser respondida de diversas formas, se levarmos em conta os diferentes critérios que podem ser utilizados. Se o critério for econômico, até que não estamos mal: com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 4,4 trilhões em 2012, o Brasil é a 7ª economia do mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. Critérios diferentes levam a resultados diversos, porém: de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por exemplo, o Brasil ocupa hoje a 85ª entre 187 países avaliados, atrás de países vizinhos como o Peru, Uruguai e Chile; já de acordo com o Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda nos países, o Brasil é mais desigual do que Camarões, Mongólia e Bangladesh.

Isso é para dizer que há uma disputa em torno do que é desenvolvimento, e a educação não está alheia a essa discussão. Quantas vezes você não ouviu que o Brasil não se desenvolve e é desigual porque não investe em educação? Mas qual é o desenvolvimento que se pretende e qual é a educação necessária para atingi-lo? Além disso, qual o papel do Estado nesse processo? Essa discussão não passou despercebida no documento de referência da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae), que acontece no ano que vem. Segundo o documento, o contexto neoliberal no Brasil acarretou mudanças na forma de atuação do Estado e nas políticas educacionais, “que passaram a se orientar, cada vez mais, pela lógica do mercado e da competição. Esse modo de regulação se contrapôs ao ideário de constituição de um estado democrático de direito, no qual o trabalho, a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia constituiriam fatores de desenvolvimento econômico e social, inclusão, melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, requisitos para a superação dos mecanismos que, historicamente, mantêm as desigualdades”. A partir dos anos 2000, continua o documento, “foi-se evidenciando, pouco a pouco, a importância do Estado e dos governos no crescimento da renda, na redução das desigualdades, na garantia de direitos sociais e humanos e na formulação e implantação de políticas públicas que possam contribuir para mudanças sociais mais efetivas tendo em vista a formação para o exercício da cidadania e a ampliação dos mecanismos de equalização das oportunidades de educação, trabalho, saúde e lazer”.

Para os pesquisadores ouvidos pela Poli, o Estado brasileiro, de fato, tem sido mais atuante na condução das políticas de desenvolvimento e de educação desde a primeira década dos anos 2000, como aponta Gaudêncio Frigotto, professor da pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ): “De meados da década de 1980 até 2000, a palavra desenvolvimento saiu do vocabulário no Brasil. A ideia de desenvolvimento foi substituída pela ideia de mercado. O Brasil tem o mérito, especialmente a partir do governo Lula, de ter retomado essa ideia do papel do Estado na condução do desenvolvimento”, indica.

A questão, para Frigotto, está no modelo de desenvolvimento adotado. “Desenvolvimento tem que gerar soberania, e o horizonte de desenvolvimento que se tomou no Brasil é muito mais como modernização, abrindo fronteiras para o capital, para os negócios. No fundo, é um modelo de desenvolvimento conservador, insustentável. Como diz o historiador [Eric] Hobsbawn, com quem eu concordo, para gerar soberania é preciso regular o mercado e o capital. Esse é o grande problema”.

## O fim da “lógica do mercado”?

Mas quais as implicações disso para a educação? Será que a “lógica do mercado e da competição”, que orientou as políticas educacionais sob o neoliberalismo, é coisa do passado? Será que hoje nossas políticas educacionais estão direcionadas no sentido da “superação dos mecanismos que, historicamente, mantêm as desigualdades”, como prega o documento de referência da Conae?

Para Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a resposta é não. Segundo ele, a lógica do mercado ainda é hegemônica no projeto educacional brasileiro. Expressão disso é a influência crescente da iniciativa privada na definição de políticas públicas de educação, que tem como consequência uma ênfase em processos educacionais pautados pelas necessidades do mercado de trabalho. “Há ainda uma concepção ideológica por parte do Estado, operada pelo governo atual e pelos anteriores, de que o setor público não tem vocação para a formação do trabalhador, quem tem que formar é o setor empresarial. Como decorrência disso, tudo que diz respeito à formação profissional e à educação básica tem a voz do empresariado, legitimada pelo governo, que diz que a formação da juventude brasileira não pode prescindir da contribuição dos setores dominantes”, explica. E, para Leher, isso tem consequências práticas. “Se isso é desejado, não será o Estado que vai educar com métodos privados por si só, é necessário que as instituições públicas estejam abertas a essas vozes”.

O professor explica que é possível identificar essas concepções, por exemplo, no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), lançado em 2011. “O Pronatec impulsiona uma estratégia de formação que a meu ver tem duas dimensões: uma é a da socialização do jovem como força de trabalho, para que ele se perceba como um trabalhador assalariado. A segunda diz respeito aos rudimentos básicos para áreas específicas, de acordo com os setores econômicos presentes no território onde o curso é oferecido: no Pará, por exemplo, os cursos têm perfil voltado para a área de mineração; no norte do Rio de Janeiro há cursos na área de petróleo”, avalia, complementando que, com isso, esses setores econômicos adquirem uma grande capacidade de recrutamento de trabalhadores, o que pressiona o salário dos trabalhadores para baixo. Isso também implica a qualidade da formação. “A formação oferecida é instrumental, operacional, para cobrir postos de trabalho pré-determinados. Não assegura uma formação científica, cultural, histórica e social ampla aos estudantes”.

Gaudêncio Frigotto, também é crítico deste modelo. “Salvo algumas exceções, todas as nossas políticas de formação profissional voltadas para inserção no mundo do trabalho, desde os anos 1930 até hoje, com o Pronatec, são castelos em cima da areia, porque não têm uma base. Quando se oferece um curso de 200 horas para pessoas sem nível médio ou com nível médio muito ruim, só quem está ganhando dinheiro com isso é o sistema S. Definitivamente essas pessoas não vão estar preparadas para um trabalho complexo”, aponta o professor da UERJ.

## Função social da escola pública: disputas

Na educação básica, segundo Vânia Motta, professora da Faculdade de Educação da UFRJ, a influência do empresariado na formulação de políticas públicas também é visível. Como exemplo disso, ela cita o movimento Todos pela Educação (TPE), formado por fundações empresariais ligadas ao grande capital, como a Fundação Itaú Social, Insti-

tuto Camargo Correa e Fundação Telefônica, entre outras. Segundo ela, o Ministério da Educação (MEC) tem privilegiado o diálogo com empresários na hora de discutir políticas de educação. “Isso se vê concretamente no Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 2007, onde há o ‘Compromisso Todos pela Educação’, que tem o mesmo nome e é baseado nas mesmas metas desse movimento empresarial”. E essa influência já se faz sentir, segundo Roberto Leher. “O Todos pela Educação conseguiu difundir na escola pública o que eles chamam de cultura de metas e uma formação baseada em competências individuais que eles definiram como pertinentes para a educação básica: português e matemática, que são as variáveis levadas em conta no Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica]. Então a força de trabalho tem que conhecer um pouco de linguagem, um pouco de matemática e aí estaria bom”, aponta, e completa: “O Todos pela Educação está disputando a própria função social da escola pública, em detrimento de perspectivas que defendem a formação integral. É uma formação muito mais adestradora e passível de ser mensurada”. Vânia Motta completa que o movimento Todos pela Educação reforça a presença de concepções pedagógicas baseadas na chamada teoria do capital humano, em que “a classe trabalhadora, além de ser vista como um fator econômico, uma mercadoria que precisa ser atualizada para não perdermos o rumo da história, leva a culpa pela desigualdade. A teoria do capital humano argumenta que o pobre é pobre porque não investiu em seu capital humano. Esse argumento não explica a histórica desigualdade entre classes, entre países, entre regiões”. Para Vânia, isso representa um retrocesso para a educação básica brasileira. ●

# Terra, poder e violência



A desigual distribuição das terras é histórica no Brasil, remontando à distribuição das sesmarias pela coroa portuguesa no século XVI, quando as terras – antes eram ocupadas de forma comunitária pelas centenas de povos que aqui residiam (denominados pelos portugueses de indígenas) – foram doadas para homens de confiança do Rei. A estes cabia explorar economicamente a terra e controlar o território, de forma a gerar riquezas para si e para o Reino de Portugal. Nascia a concentração fundiária no Brasil, antes mesmo da propriedade privada, instituída em 1850, com a Lei de Terras. Mas nascia também o coronelismo, isto é, a associação entre poder econômico, político e violência na condução dos rumos da sociedade brasileira.

Segundo o Inca (2012), a concentração fundiária persiste, pois os imóveis com mais de 1.000 hectares são apenas 1,48% do total, mas controlam 52,84% da área. De acordo com o IBGE (2006), o índice de Gini, que mede desigualdade de renda, de terras, etc, e varia de 0 a 1, sendo 1 a máxima desigualdade, aponta um grau de concentração da terra de 0,854. Também persiste a violência contra os trabalhadores rurais, vide o assassinato de dois militantes do MST em pleno estado do Rio de Janeiro em 2013.

Essa relação entre terra, poder e violência é abordada pelo jornalista Alceu Castilho no livro 'Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro', resultado de uma exaustiva pesquisa nas declarações de bens de quase 13 mil políticos eleitos no Brasil em 2008 e 2010. Apesar da inconsistência de muitas declarações (há políticos que declaram ter rebanhos bovinos, mas não declaram ter terra própria ou arrendada, como se os bois pastassem no ar...), os dados demonstram os fortes interesses ligados à propriedade da terra entre os políticos brasileiros. E a presença de latifundiários em quase todos os partidos, especialmente PMDB, PSDB e PR, embora também haja uma 'esquerda' latifundiária...

Dividido em cinco partes, 'O território', 'O dinheiro', 'A política', 'O Ambiente' e 'Excluídos', o livro revela como os políticos brasileiros defendem ardorosamente o direito absoluto à propriedade da terra e como isso perpetua a violência, a desigualdade social e a devastação ambiental no país.

Partindo de dados sobre tamanho das terras e seu valor declarado à justiça eleitoral, e articulando-os com reportagens sobre a origem dos bens desses políticos, Castilho demonstra como as fortunas, terras e gado acumulados por políticos ligados ao agronegócio se misturam a casos de corrupção, grilagem de terras, desmatamento, trabalho escravo e até assassinatos.

Aponta ainda as articulações políticas que fazem da bancada ruralista uma das mais fortes do parlamento brasileiro e como esta trabalha com afinco na defesa de seus interesses, defendendo a propriedade da terra e combatendo o MST, os indígenas e os quilombolas. Esse poder revelou-se claramente em episódios decisivos da política brasileira, como a Constituinte de 1988, quando a bancada ruralista e seus aliados inviabilizaram a reforma agrária, ou no novo Código Florestal, quando garantiram anistia para os desmatadores.

Em tempos de debate sobre o financiamento das campanhas eleitorais, Castilho lança luz sobre os interesses que envolvem empresas do agronegócio e políticos ruralistas. Traz ainda à tona a persistência da violência contra os trabalhadores, reforçando a tese de Otávio Ianni, sobre as "Origens agrárias do Estado brasileiro", ou como diz Castilho, mais do que uma bancada ruralista, temos um sistema político ruralista, onde terra, poder e violência seguem ditando os rumos da sociedade brasileira em pleno século XXI. ●

Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro  
Alceu Luís Castilho, Contexto, 2012

Por **Paulo Alentejano**, professor-pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

## PUBLICAÇÕES



*Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*

David Harvey, Ermínia Maricato, Slavoj Žižek, Mike Davis e outros.  
Boitempo, 2013, 112 p.



*Educação e luta de classes*  
Paulino José Orso, Sebastião Rodrigues Gonçalves e Valci Maria Mattos (orgs.)  
Expressão Popular, 2013, 144 p.



*A política pública como campo multidisciplinar*  
Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (orgs.)  
Editora Fiocruz, 2013, 282 p.



# CONTRAINFORMAÇÃO

Há quem chame de midiativismo e outros nomes da moda. Mas há também quem ache que a cobertura que o grupo de jornalistas do Mídia Ninja fez durante as manifestações de junho foi um bom e velho trabalho de contrainformação. As gravações do grupo, que cobriam e transmitiam ao vivo os protestos, sempre perto dos locais em que em geral explodiam os embates entre a polícia e os manifestantes, chegaram a ter 50 mil acessos ao mesmo tempo, alcançando 180 mil em uma mesma transmissão. O testemunho coletivo de quem acompanhava os protestos em tempo real e o registro dessas imagens deram, inclusive, o pontapé inicial para a produção de provas que levaram ao arquivamento do processo de um manifestante injustamente preso e indiciado no Rio de Janeiro. A polícia divulgava informações, os grandes meios de comunicação reproduziam e lá estavam as imagens e a narrativa dos Ninja para desmentir. “O conceito de contrainformação precisa ser entendido a partir da ideia de narrativas, como a possibilidade de outro enredo dentro da mesma informação que é passada”, opina Bruno Torturra, jornalista e um dos fundadores do Mídia Ninja.

## Origem militar

No caso do fenômeno jornalístico que surgiu junto com as manifestações, o ‘contra’ tem se referido ao fato de se tratar de informação diferente daquela veiculada pelos grandes meios de comunicação. Produzida a partir de imagens em tempo real e sem edição, o ‘contra’ se oporia à informação considerada ‘oficial’ divulgada pela grande mídia empresarial. Mas o jornalista Alberto Dines, que comanda o Observatório da Imprensa, discorda do uso do termo. “A palavra contrainformação vem do linguajar bélico-militar, como estratégia de guerra psicoló-

gica. Eu prefiro fugir disso porque fica parecendo que voltamos à época da Guerra Fria”, diz, alertando que o problema não é só semântico, mas ideológico.

De fato, o dicionário Houaiss define contrainformação como o “ato ou efeito de impedir, frustrar ou dificultar o acesso do inimigo ou adversário a dados próprios (p. ex. facilitando o acesso a informações falsas)”. No Brasil, em 1946, foi criado um Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), como uma seção específica do Conselho de Segurança Nacional, que já na década de 1950 colaborou com os países alinhados aos EUA no contexto da Guerra Fria. Em 1964, com o golpe civil-militar, a coordenação de “atividades de informações e contrainformações, em particular as que interessassem à Segurança Nacional” foi transferida para o então recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI), um importante braço da repressão.

## Guerrilha comunicacional

Mas essa origem militar não é propriamente esquecida quando se associa contrainformação à contra-hegemonia no campo da comunicação. O ‘nodo50’, por exemplo, uma organização espanhola sem fins lucrativos que presta serviços informáticos e comunicacionais para movimentos sociais, usa a ideia de ‘contrainformação em rede’ como *slogan* e associa diretamente essa escolha à referência bélica que o termo traz. Um artigo escrito por integrantes do grupo (‘Do tan-tan ao duplo clique. Uma história conceitual da contrainformação’, em português) explica que a contrainformação se torna um “modelo de comunicação” no contexto de uma “guerrilha comunicativa”.

Embora o texto aponte apenas a internet como espaço para formas alternativas de comunicação, o que relega todos os outros meios – TV, rádio e mídia impressa – à categoria de “convencional”, a principal distinção se dá em outro registro: “a contrainformação nasce contra a informação concebida como mercadoria”, explica o artigo do nodo50. E isso se reflete diretamente no modo como se define o que é e o que não é informação. “O modelo industrial e mercantilizado de produção cultural é sustentado pelos falsos discursos da objetividade informativa e do profissionalismo que, somados, teriam como resultado o informativo, a informação”, explica o texto, ressaltando que é contra esse modelo que nascem as primeiras práticas contrainformativas.

Foi também como resposta a essa definição única do que é informação e de quem produz notícia que explodiram as transmissões do Mídia Ninja a partir das manifestações populares de junho no Brasil. Para quem tem dúvida sobre se o que eles estão produzindo é informação, Bruno Torturra propõe uma comparação: “Contracultura não é cultura também? Mas é contra a cultura hegemônica. Estamos fornecendo informação contrária ao que é hegemônico, mas nem por isso é menos informação”. O jornalista Alberto Dines, que comanda o Observatório da Imprensa, tem leitura parecida. “Eles estão procurando a mesma informação que a mídia dita tradicional, mas com olhar, pauta e apresentação diferentes”, diz. Já para quem questiona se o que os Ninja fazem é jornalismo, Bruno reconhece que eles atuam numa “área cinza” que se confunde com ativismo, mas acredita que isso pode ser exatamente uma nova forma de fazer jornalismo, que quebra alguns “tabus e ideias pré-concebidas muito sólidas”, como a de que jornalista precisa ser neutro. “Eu acredito que subjetividade e objetividade não são palavras opostas no caso do jornalismo. Quando você assume a subjetividade, está sendo objetivo. A imparcialidade dá muito mais margem para a hipocrisia do que para o balanço que a grande mídia tanto diz ter. Ser parcial não significa ser desonesto. E ser imparcial diante de uma situação injusta é

muito mais omissão do que objetividade.”, opina. E define: “A gente faz um jornalismo de baixa resolução e alta fidelidade”.

## Alternativo

Alberto Dines identifica uma semelhança entre o fenômeno atual e o que aconteceu na década de 1970, quando, segundo ele, a mídia alternativa pautou a grande imprensa. Ele conta que, imersa num longo período de censura, como todos os jornais, a Folha de S. Paulo aproveitou o movimento de “distensão lenta e gradual” que começou no governo Geisel para criar uma página de opinião que publicasse conteúdos semelhantes aos que a imprensa alternativa vinha veiculando como forma de resistência à ditadura. Na época, o próprio Dines, além de outros nomes conhecidos do jornalismo, como Samuel Weiner e Claudio Abramo, foram convidados a escrever nesse espaço. “A Folha entendeu que aquele jornalismo rebelde tinha uma contribuição a dar. E usou os elementos ‘alternativos’ para ‘bater’ o Estadão”, conta. E completa: “Quando eu vi a Mídia Ninja no Jornal Nacional [da TV Globo], pensei: ‘esse é o caminho da renovação, quando a grande imprensa começa a admitir a existência de um outro polo de jornalismo’”. E, segundo Dines, todo esse movimento se dá num contexto de crise econômica, identitária e política da grande imprensa. “A imprensa não está mais aguentando o corporativismo. Tem que inventar coisas novas e a invenção está no lado de quem é contestador”, acredita.

## Democratização

O marco de 180 mil acessos em uma mesma transmissão, como chegou a ter o Mídia Ninja durante as manifestações, pode parecer muita coisa, mas sequer se compara com a audiência de um programa das principais emissoras de televisão – o Jornal Nacional, por exemplo, segundo dados da Rede Globo baseados no Ibope, tem em média 25 milhões de espectadores em cada edição. Ainda assim, distribuídas pelas redes sociais, as imagens produzidas pelos Ninja não só causaram muito barulho

como interferiram diretamente no rumo dos acontecimentos. “Eu não acho que a gente deva disputar audiência no sentido tradicional. Claro que a gente tem interesse de falar com o máximo de pessoas possível, mas não queremos nos tornar um canal que vai ser visto por milhões em uma transmissão só. O mais interessante é a pulverização de muitos *streamings* vistos por milhares de pessoas cada um”, explica Bruno Torturra. E exemplifica: “Vamos dizer que haja mil pessoas transmitindo, cada um sendo assistido por outras mil: teremos 1 milhão de pessoas deixando de ver a televisão tradicional. É um novo tipo de comunicação, mais segmentada, mais aprofundada, mais honesta, que consegue dialogar com o espectador”.

Bruno destaca ainda a importância de se aproveitar a audiência da grande mídia para interferir nas narrativas “por dentro”. “Já havia muita (contra) informação sendo produzida, o que faltava, principalmente, era a difusão. A diferença é que a gente conseguiu dar maior visibilidade e alcance e, de alguma maneira, constrangeu e pautou a grande mídia”, opina, e aposta: “Cada vez mais a grande mídia vai entender que pode ser constrangida. Até hoje, ela tinha o monopólio do constrangimento”.

Mas o diagnóstico dos movimentos sociais que lutam pela democratização da comunicação no Brasil é de que essa grande mídia comercial detém também outros monopólios, inclusive aquele que é proibido pela Constituição Federal. O parágrafo 5º do artigo 220 da Carta diz que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Mas, como esse artigo não foi regulamentado, não existem parâmetros para se fazer cumprir a legislação. Os dados, no entanto, mostram um cenário de significativa concentração desses meios – e, por decorrência, do conteúdo, mensagem e informação que eles transmitem. De acordo com o banco de dados do projeto Donos da Mídia, o grupo Globo, por exemplo, é dono de 69 veículos em todo o país, entre jornais, revistas, rádio e TV aberta e fechada. E, como mostra esse estudo, em relação ao conteúdo e à informação difundida, esses números se multiplicam. “Maior rede de televisão em operação no Brasil, a Rede Globo encabeça o Sistema Central de Mídia nacional (...). São 35 grupos que controlam, ao todo, 340 veículos. (...) A relação com empresas em todos os estados permite que o conteúdo gerado pelos 69 veículos próprios do grupo carioca seja distribuído por um sistema que inclui outros 33 jornais, 52 rádios AM, 76 FMs, 11 OCs [ondas curtas], 105 emissoras de TV, 27 revistas, 17 canais e 9 operadoras de TV paga. Além disso, a penetração de sua rede de televisão é reforçada por um sistema de retransmissão que inclui 3305 RTVs [retransmissoras de TV]”, diz o site Donos da Mídia. E esse sistema de audiência se retroalimenta, com apoio, inclusive, do dinheiro público: contando apenas a TV aberta, a Globo recebeu, em 2012, quase 44% da verba publicitária que o governo federal – o maior anunciante do país – investiu em televisão – meio que, por sua vez, recebeu mais de 62% do total de investimento em publicidade da União, contra pouco mais de 5% da internet, por exemplo.

A mais recente tentativa de regular pelo menos a comunicação social eletrônica (telecomunicações e radiodifusão), que é uma concessão pública e não propriedade privada, é a proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que busca a regulamentação dos artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal. O texto, produzido por diversos movimentos sociais e publicizado no dia 1º de maio deste ano, precisa conseguir 1,3 milhão de assinaturas para tramitar no Congresso Nacional. Para conhecer o texto do projeto e contribuir com a divulgação e coleta de assinatura, acesse o site [www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br).

A luta pela democratização da comunicação é muito anterior ao fenômeno Mídia Ninja, mas pode ganhar visibilidade com as críticas que a grande imprensa tem recebido sobre a cobertura jornalística das manifestações sociais recentes. Para quem aposta que essas mudanças são passageiras, e vão morrer junto com as manifestações, o Ninja Bruno provoca: “Quem disse que vai passar? 2014 vai ser um deus nos acuda!”. ●

Cátia Guimarães